

SOBRE O PATRIMÓNIO DA COLEGIADA DE SANTA MARIA DE ALCÁÇOVA DE SANTARÉM. DAS ORIGENS AO FINAL DO SÉCULO XV

por
MANUEL SÍLVIO ALVES CONDE *

Nota preambular

A abrir este estudo, com que pretendo associar-me à póstuma homenagem que o Departamento de História da Universidade dos Açores justamente presta à historiadora Maria Olímpia da Rocha Gil, penso dever alinhar aqui umas quantas anotações preambulares.

Embora não tenha conhecido pessoalmente a Dr.^a Olímpia Gil, não fui indiferente à sua obra historiográfica, infelizmente frustrada por um prematuro desaparecimento. Dos trabalhos produzidos pela historiadora, os de maior vulto e, por isso, mais divulgados são os que dedicou aos Açores seiscentistas. Outros, com maior competência do que a minha, decerto sublinharão a importância dessas obras de maturidade da autora. Por esse motivo, entendi dever recordar aqui dois trabalhos seus, menos conhecidos, ambos dados à estampa em 1965.

Quando se concluí a década de 50, o panorama dos nossos estudos rurais era desolador e contrastava com a pujança que a área manifestava pela Europa fora. A partir de sólidas bases, lançadas nos trabalhos pioneiros de Marc Bloch, Wilhelm Abel e outros, nos anos 30¹, a história rural conhecera no pós-guerra um notável desenvolvimento. No mesmo período, entre nós, fazia-se sentir um ambiente de suspeição, por parte do poder, face à generalidade dos estudos de temática social. Em condições pouco propícias à investigação, o estudo científico

* Departamento de História, F.C.S., Universidade dos Açores.

¹ Marc Bloch, *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*, Paris, 1976, (1.^a ed., 1931); Wilhelm Abel, *Crises agraires en Europe (XIII^e-XX^e siècle)*, trad. franc., Paris, 1973 (ed. orig., 1935).

da ruralidade viveu, praticamente, de iniciativas isoladas e parcelares, muito esparsas, mas bem conseguidas ².

Porém, no fim da década, a investigação da ruralidade parecia despertar atenções, apresentar algum dinamismo e intentos de inovação. Assim, em 1959, Avelino de Jesus da Costa publicava em Coimbra a sua tese sobre o bispo D. Pedro, dando uma larga atenção à demografia e à economia rural da região a Norte do Douro nos séculos XI a XIII. Três anos depois, a *Revista Portuguesa de História* publicava o trabalho de José Mattoso sobre o mosteiro de Pendorada, dedicando grande cuidado ao respectivo património fundiário. No mesmo ano, editava Oliveira Marques a sua *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, oferecendo ao leitor um sólido estudo da questão cerealífera. Por esses anos, organizava Virgínia Rau, na Faculdade de Letras de Lisboa, o Centro de Estudos Históricos do Instituto de Alta Cultura. Alguns dos seus investigadores — em especial a própria Virgínia Rau, Iria Gonçalves, Maria José Lagos Trindade e, numa primeira fase, Olímpia Gil — viriam a consagrar particular desvelo aos temas rurais.

Por circunstâncias que não cabe aqui referir, o «arranque» esboçado na primeira metade dos anos 60 não teve, no que respeita à ruralidade, imediata sequência e foram «Os anos 80 do nosso século [que] promoveram finalmente à maioridade» ³ o estudo científico da nossa história rural. Mas o contributo da primeira metade dos anos 60 foi, na perspectiva do amadurecimento da historiografia portuguesa da ruralidade, deveras marcante.

A Olímpia Gil — que, nos seus trabalhos *Arroteias do Vale do Mondego durante o século XVI. Ensaio de História agrária* ⁴ e «Engenhos de moagem no século XVI (Técnicas e Estruturas)» ⁵, aborda com proficiência e preceito temáticas praticamente inexploradas na época em que foram escritos — coube uma parte desse «arranque» dos anos 60. Pela documentação empregue e pelo rigor do seu tratamento, esses estudos são ainda hoje merecedores de leitura atenta, por parte daqueles que se interessam pela agricultura e pelas técnicas quatrocentistas e quinhentistas. Particular realce merece o primeiro desses trabalhos, que constituiu dissertação de licenciatura elaborada pela autora no âmbito do Centro de Estudos Históricos. Face à repetida afirmação — feita em capítulos de Cortes e nas fontes literárias de Quinhentos — da decadência da agricultura portuguesa e do abandono dos campos após as Descobertas marítimas, pretendeu Olímpia Gil, através de trabalho monográfico cingido ao vale inferior do Mondego e ao século XVI, confirmar ou negar tal teoria. A investigação, realizada com base

² Avultam, neste contexto, os trabalhos, hoje clássicos, de Virgínia Rau, *Sesmarias medievais portuguesas*, Lisboa, 1946, e de Mário Júlio Brito de Almeida e Costa, *Origem da Enfiteuse no Direito Português*, Coimbra, 1957.

³ Armando Luís de Carvalho Homem, Amélia Aguiar Andrade e Luís Carlos Amaral, «Por onde vem o medievismo em Portugal», *Revista de História Económica e Social*, n.º 22 (1988), p. 122.

⁴ Lisboa, 1965.

⁵ In *Do Tempo e da História*, I (1965), pp. 161-183.

em documentação régia e dos institutos eclesiásticos de Coimbra, veio desmentir aquele lugar comum, repetido pela historiografia tradicional. Segundo a autora observa, contra a corrente daquela, «na análise da área estudada, nada se encontra que leve à conclusão de que se está num período 'decadente', nem sequer de crise; a densidade e frequência das arroteias sugere, antes, uma certa expansão do espaço agrícola, como sucede nos períodos em que a cultura das terras é uma actividade compensadora, ou, pelo menos, necessária, em virtude dum aumento populacional»⁶.

Pretende-se, neste estudo, analisar, em linhas gerais, a génese e evolução do património rural e urbano da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, até ao final da Idade Média. Não nos sendo possível, por limitações impostas pela natureza do trabalho, compulsar toda a documentação avulsa deste instituto religioso, optámos por privilegiar três fontes, que procuraram registar, de forma sistemática, esse património⁷. São elas o Inventário dos Bens e o Obituário, redigidos em 1265 e 1268, ou pouco depois, e o Tombo da Colegiada, escrito em 1479.

As primeiras dessas fontes foram encontradas por Rui de Azevedo, entre os documentos da Ordem de Avis, e objecto de publicação, há mais de uma década, por Avelino de Jesus da Costa⁸. O Inventário abrange quarenta e cinco bens de raiz da igreja, indicando laconicamente o sítio de cada um, o modo —mas não a cronologia— da sua

⁶ *Arroteias do vale do Mondego durante o século XVI. Ensaio de História agrária*, p. 15.

⁷ Essa documentação encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), *Corporações Religiosas, Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém*, e *Ordem de Avis* e na Biblioteca Municipal de Santarém, *Manuscritos*.

⁸ A.N.T.T., *Convento de Avis*, maço 1; Avelino de Jesus da Costa, *Inventário dos Bens e Obituário de Santa Maria da Alcáçova de Santarém* [sep. do *Bol. Bibl. Univ. Coimbra*, vol. 38 (1981), pp. 1-30], Coimbra, 1981, pp. 12 e ss. Sobre a cronologia da redacção desta fontes, cf. *ibidem*, p. 2. Mencione-se, ainda, da documentação mais antiga, respeitante a esta Colegiada, o fragmento que até nós chegou do seu *Livro de Aniversários* do século XIII, publicado por Isaías da Rosa Pereira, *Livros de Aniversários de Santa Maria da Alcáçova de Santarém e de Santiago de Coimbra*, [sep. do *Bol. Bibl. Univ. Coimbra*, vol. 34 (1978)], Coimbra, 1978, que, todavia, não utilizámos neste estudo, dado o seu carácter lacunar e o facto das duas outras fontes, suas contemporâneas, apresentarem um quadro muito mais preciso do mesmo património.

aquisição, e refere ainda se o mesmo respeita ao prior, se ao cabido da Colegiada. O Obituário, por sua vez, é mais completo que aquele, ao considerar cerca de uma centena de doações de bens de raiz, enunciando, em grande número de casos, o ano do falecimento do(s) benfeitor(es). Alarga, assim, o manancial informativo revelado pela outra fonte e, sobretudo, permite-nos apreender a dinâmica de apor-tação de bens a Santa Maria da Alcáçova, nas fases decisivas do arranque e alargamento deste património⁹.

O Tombo da Colegiada, que revela um espírito de rigor e uma mentalidade quantitavista que não encontramos nos textos das centúrias anteriores, porque incompleto, está, infelizmente, longe de proporcionar um quadro cabal do património da instituição nos finais de Quatrocentos¹⁰. Apenas chegaram até nós dois títulos: o «Titulo das terras de premeo antre ho comendador E o cabidoo», relativo a terras de aptidão cerealífera, e o «Titulo das casas proprias in ssolitu do cabijdo da alcaçova de sanctarem que andam a dinheiro». Deixa de fora as terras de distinta vocação cultural, designadamente as hortas, vinhas e olivedos da igreja, e os bens de raiz directamente explorados pela mesma¹¹. Com todas estas limitações, o Tombo é ainda assim

⁹ No anexo I, compendiamos os dados relativos ao património da instituição, que se encontram no Inventário de Bens e no Obituário.

¹⁰ Biblioteca Municipal de Santarém, *Manuscritos da Biblioteca Camões* (K. 255), n.º 49.

¹¹ São muitos os bens de raiz, incluídos no Inventário e no Obituário do século XIII, que não figuram no tomo de 1479. Além destes, muitos outros deveriam igualmente integrar o registo de propriedades do século XV. Sem querermos ser exaustivos, podemos assinalar os seguintes: a) doze casas doadas na Alcáçova, não constantes do Obituário; b) o forno e lagar de azeite que a Colegiada tinha, em 1330, junto da Torre da Barata; c) a casa que possuía em 1414 na rua da Rica Solteira, no Pereiro; d) as que esta trazia aforadas, no século XIV, no adro da igreja do Salvador; e) as casas com adega, na Ribeira, e a vinha com olival, às Pedreiras, que lhe foram doadas, ainda no século XIII, pelo bispo de Évora D. Pedro; f) a capela de S. João das Pratas, com seu paço, campos e olivais anexos; g) o chão que a igreja possuía em fins do século XV, entre aquele lugar e Santo Espírito; h) as casas que tinha no início do século XIV em Montiraz, junto à ermida dos Apóstolos, que lhe era anexa; i) as duas vinhas que o bastardo de Afonso III, Martim Afonso Chichorro, lhe legou em Alvisquer, em 1283; j) as hortas que possuía em Manços e Valbom, no século XV. De tudo isto faz menção Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *Santarém medieval*, Lisboa, 1980, pp. 60, 63, 88, 107, 122, 129, 135-136, 141, 156, 164-165.

uma fonte histórica preciosa, pela qualidade da informação que regista ¹².

Com base nas primeiras fontes que referimos, procuramos traçar o processo genesiaco e o quadro genérico da evolução do património rural e urbano da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, até ao terceiro quartel do século XIII. Relativamente a este momento, torna-se possível recriar a mais abrangente imagem daqueles bens de raiz. Propomos depois uma representação outra do património do organismo eclesiástico nos momentos finais da nossa medievalidade: não se trata, aqui, do retrato generoso, embora fugidio, da grande angular, mas antes do produto de objectiva atenta à complexidade dos detalhes do seu objecto. Entre aquela e esta representação, deixamos um largo hiato, correspondente, em boa parte, ao período de crise e convulsões sociais da Idade Média tardia, já que as fontes estudadas não permitem o conhecimento aprofundado do património da Colegiada na época em causa, impondo-nos o ulterior recurso a outra documentação.

1. O património inicial e a aportação de bens à Colegiada nos séculos XII-XIII

A igreja da Alcáçova de Santarém terá sido edificada pelos Templários, por ordem do mestre D. Hugo, e concluída no ano de 1154 ¹³. Assim, faria parte do conjunto de igrejas daquela vila reclamadas aos cavaleiros do Templo por D. Gilberto de Hastings, bispo da recentemente restaurada diocese de Lisboa, e devolvidas em Fevereiro de 1159, após intervenção do primeiro monarca português e permuta com o castelo e território de Ceras, concedidos àquela Ordem Militar ¹⁴.

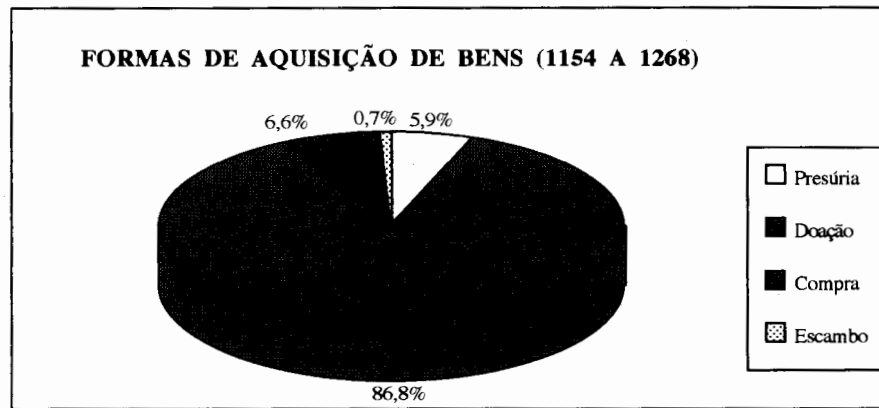
¹² No anexo 2, sintetizamos os informes relativos ao património da igreja, que se encontram no Tombo quatrocentista.

¹³ De acordo com a epígrafe latina, inscrita à porta da igreja. Cf. Fr. António Brandão, *Monarquia Lusitana*, Parte Terceira, 4ª ed., Lisboa, 1973, p. 166; Gustavo de Matos Sequeira, *Inventário Artístico de Portugal*, III — *Distrito de Santarém*, Lisboa, 1949, p. 68.

¹⁴ Sobre esta transacção, vd. o que dissemos em *Tomar medieval. O espaço e os homens (séculos XIV-XV)*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1988, pp. 25-26.

O novel instituto religioso, vizinho do paço real da Alcáçova de Santarém, convivia muito de perto com o poder régio. Tornado capela real, elevado pouco tempo depois a Colegiada, terá sabido captar a simpatia de Afonso Henriques — e, depois, dos monarcas que lhe sucederam — e tirar o máximo proveito das condições da Reconquista, capitalizando-as em bens fundiários¹⁵.

D. Paio, o primeiro prior da igreja da Alcáçova que se conhece, adquiriu para esta, de **presúria** — «*et fuit de presoria seu apprehensa de ipsa ecclesia, quando terra de novo dividebatur inter populos*» — herdades em Rio Maior, parte de uma «Requeyxada de Taaura», vinhas e olivais nas Atalaias, nas Manteigas, em Fataixos, Vale da Fonte de Tare e Rego de Manços¹⁶.



¹⁵ Fr. Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana*, Parte Quinta, 3ª ed., Lisboa, 1976, p. 29, afirma que foi o rei conquistador que fundou a «Collegiada de Alcaçova daquela nobre Villa, da inuocação de nossa Senhora, laurando paços junto a ella, com intento de que os Reys seus descendentes ficassen sendo fregueses da mesma Virgem». Daí, afirma, terem feito «os Reys de Portugal largas doações a esta Igreja». O momento da erecção a Colegiada não nos é conhecido, mas terá sido anterior a 1180, já que o primeiro prior de que existe menção, D. Paio, se encontra a exercer o múnus episcopal em Évora, a partir daquela data. Cf. Miguel de Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, 4ª ed., Lisboa, 1968, p. 438.

¹⁶ Avelino de Jesus da Costa, *ob. cit.*, p. 17.

As terras adquiridas por presúria, foram-se juntando as — muitas — provenientes de **doações**. De acordo com os dados disponíveis, esta foi — a grande distância das demais — a principal forma de aquisição de bens por Santa Maria da Alcáçova.

Os reis Sancho I e Afonso II fizeram generosos legados monetários a Santa Maria da Alcáçova. Deixou-lhe o primeiro, por testamento de Outubro de 1210, 1000 maravedis e 50 marcos de prata. O segundo, em 1223, legou-lhe também 1000 maravedis, e ainda bens fundiários em Moncão e na Requeixada de Tonxe. Tais fluxos monetários foram revertidos em património predial, através de uma estratégia dinâmica de **compra** de campos em Moncão, Torre de Alpiarça, Valada, no lugar de Arriel, em Alpiarça, Alfodra e Saiceiro¹⁷.

O **escambo** foi recurso igualmente empregue para carrear para a Colegiada bens que a esta interessavam. Conhece-se uma transacção deste tipo: a realizada, em 1231, com a Gafaria de Santarém, relativa ao ermitério de Santa Maria do Monte, pela qual a Igreja adquiriu uma vinha em Alvisquer¹⁸.

Em 1190, o prior D. Pedro Eanes fez a divisão dos bens com o Cabido. Esse procedimento teve a aprovação do rei, que reduziu a vinte o número de membros do referido órgão¹⁹. Desde aquele ano até ao terceiro quartel do século XIII, em que foram redigidos o Inventário dos Bens e o Obituário, a aportação de bens foi bastante apreciável²⁰.

De forma muito mais completa que o Inventário, o Obituário, escrito em 1268, ou pouco depois, registou as identidades dos benfeitores da Colegiada, desde a sua fundação. Individualmente, devem destacar-se alguns, pela importância das suas doações. No período inicial, foram eles o já mencionado prior D. Paio que, a par das presú-

¹⁷ *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, ed. por Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, I, Coimbra, 1979, pp. 298-299; Avelino de Jesus da Costa, *op. cit.*, pp. 6, 13-17, 20.

¹⁸ Sobre esta transacção, vd. o que dissemos em *Subsídios para o Estudo dos Gaços de Santarém (Séculos XIII-XV)* [sep. de *Estudos Medievais*], Porto, 1987, p. 124.

¹⁹ *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, *cit.*, pp. 83-85.

²⁰ A aprovação régia foi dada em 1191. Cf. Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *op. cit.*, p. 41; Avelino de Jesus da Costa, *op. cit.*, pp. 12 e ss.

rias, doou à Colegiada uma capela e propriedades várias em Rio Maior, o mestre da Ordem de Avis, que lhe legou quanto tinha na aldeia de Alcoentre, e o *miles* de Santarém Domingos Barata, que lhe doou a aldeia da Azóia. Na primeira metade do século XIII, devem apontar-se os nomes dos reis Sancho I e Afonso II, que deixaram à igreja grandes somas de dinheiro e terras em Moncão e Tonxe, e o do chantre D. Fróia Calvo, que a contemplou com terras de pão e vinha em Moncão e na Ónia. Na segunda metade de Duzentos, o principal benfeitor da Colegiada foi o seu prior D. Julião, ao legar-lhe terras de pão, vinha e olival em Tonxe, Torre de Trava, Alvisquer e Monte Abade, além de casas e tendas na Marvila.

Mas o conjunto dos doadores que se conhecem ultrapassou a centena²¹. Incluía homens das diversas categorias sociais, desde reis, como vimos, a elementos do clero secular, monástico e regular, a nobres, *militēs* e peões, pelo que o Obituário constitui também uma fonte relevante para o estudo da sociedade de Santarém nos séculos XII e XIII.

O clero secular é o mais numeroso segmento dos *oratores* representados naquele conjunto. Boa parte dos nomes referidos tinha ligações à Colegiada: priores, como D. Paio —depois bispo de Évora— e D. Julião, também deão de Coimbra; ou cónegos, como Mestre Godinho, o mestre da Ordem de Avis, D. Fróia Calvo (chantre), Soeiro Pires, D. Bermudo, João Viegas, Petrelino, Rodrigo Viegas, João *Petrarius*, Estêvão Martins de Cotão, Estêvão Martins (o mesmo que o anterior?), Domingos Fernandes; e ainda o porcionário D. Durando e os presbíteros Mendo Sousela, Soeiro Pais, Martim Pais e Martim Barvas. Do clero monástico, aparecem-nos a freira de Coruche Maria Fernandes e, porventura, D. Elvira *Freara* e Urraca *Frayra*. Quanto ao clero militar, está representado pelo —anónimo— mestre da Ordem de Avis, também cónego da Colegiada, já referido.

O foral de Santarém de 1179 não impedia os nobres de habitarem na vila, ainda que lhes impusesse a aceitação de estatuto idêntico ao dos cavaleiros vilãos locais. Contudo, a julgar pelos seus nomes, os cavaleiros que deixaram bens à Colegiada não integravam o escalão

²¹ Neste cômputo, considerou-se cada casal de doadores como uma unidade.

mais elevado do grupo. Na maior parte dos casos, não podemos, sequer, estabelecer com segurança o seu parentesco com a nobreza de sangue. A esta pertenceria Maria Pires Correia, decerto membro de um ramo colateral daquela família da nobreza média, e Pedro Pires, o amo do rei D. Sancho II. Os demais seriam, quase sempre, cavaleiros-vilãos. Muitos dos benfeitores da Colegiada integrariam a camada superior do estrato popular. Porém, a falta de dados impede-nos, em bastantes casos, de distingui-los da peonagem. Noutros, a ligação que deles fazemos à cavalaria vilã é meramente probabilística. Com todas estas reservas, pensamos que integravam o patriciado da vila, pelo menos, os seguintes benfeitores: Domingos Barata, *miles*, e sua mulher Elvira, Maria Bela, Fernão e Afonso Fromariques, D. Ouroana, Paio Eanes Pinhão, Gontinha Barvada e Soeiro Barvado, D. Maria, mulher de D. Tomé, D. Pedro Pais, Martim Pais Saia, Martim Pires de Cotão, *miles*, e sua mulher Gontinha Pires (que talvez fossem os pais do cônego referido atrás), Domingos Eanes *Alcalabachus* ou *Alcalabanche*²² e sua mulher Justilina (filha de Ausenda Pires), João Miguéis de Cana (descendente ou aparentado com Fernão Sousela), Mendo *Panchom*²³, Elvira, viúva de Afonso *miles*, Pedro de Avizela, D. Maria Mendes, mãe do chantre Paio Nunes, D. Mendo Pais, tabelião, e sua mulher D. Susana, D. Afonso *Pinus*, D. Amada, D. *Ciprianus*, D. Vicente, surdo, D. Pedro Sarrazinos, D. Justa, D. Martim Pires, D. Estevainha Martins e D. Marina, viúva de Fernão Pais.

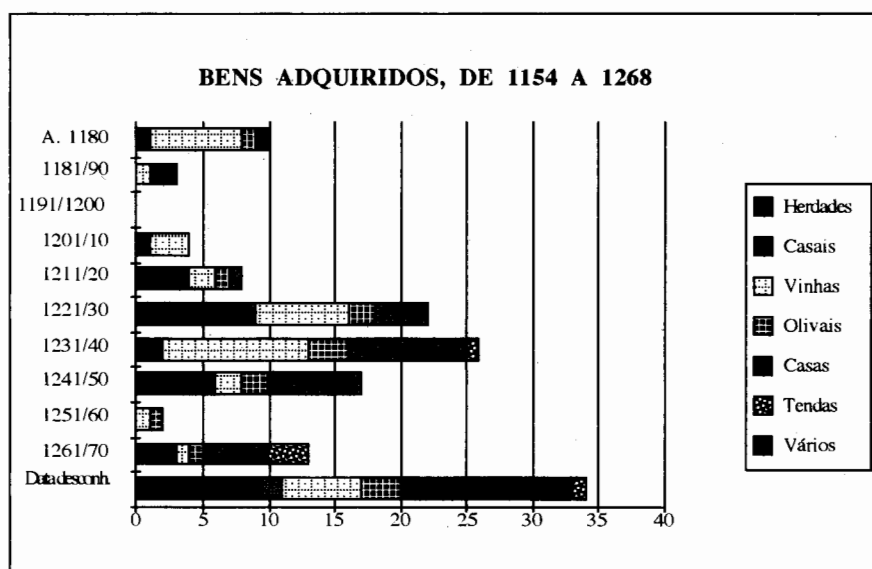
Surgem ainda uns tantos peões, entre aqueles que deixaram bens de raiz a Santa Maria da Alcáçova: Pedro Pais, caldeireiro, Lupa, forneira, *Origus*, sapateiro, Mendo Eanes, escrivão, Mendo *Calus*, porteiro, e João, porqueiro.

O **património inicial** da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, obtido pela presúria e pelo favor régio, foi, assim, sendo enriquecido, por grandes e pequenas doações de reis, clérigos, nobres, cavaleiros vilãos e peões, e, ainda, por meio de uma activa política de compras e escambos. O **movimento de aporção de bens** à Igreja apresentou, logo no arranque, um grande dinamismo. Interrompido

²² «Nomes como o de Domingos Joanes Alcalabachus [...] sugere uma fusão entre famílias cristãs e muçulmanas, aos vários níveis da hierarquia social, sendo, neste caso, a nível superior-médio.» Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *op. cit.*, p. 218.

²³ Falecido em 1244, deu o nome a um largo, uma rua e um beco na Alcáçova.

no período crítico das décadas finais do século XII —recorde-se que, em 1184 e 1191, Santarém foi ameaçada por poderosos exércitos almóadas—, aquele movimento manteve-se bem vigoroso até meados do século seguinte. Nessa altura, parece verificar-se uma sensível perda de ritmo, para, após a entrada na segunda metade de Duzentos, a aportação de bens à Colegiada declinar irremediavelmente.



Detecta-se, a partir da segunda década do século XIII, uma interessante **alteração na estratégia patrimonial** da instituição. Os seus benfeitores que, numa primeira fase, a contemplavam com bens rústicos —terras de pão, vinhas e olivais— passaram, a partir de então e crescentemente, a legar-lhe casas e, até, tendas. Situavam-se as primeiras em redor da Colegiada ou em zonas de vocação comercial; quanto às tendas localizavam-se no florescente burgo novo.

A Colegiada de Santa Maria da Alcáçova parece ter começado por organizar-se economicamente em moldes tradicionais, agregando importantes domínios nos territórios recém-conquistados e juntando aos rendimentos da exploração fundiária os provenientes do múnus e da tributação eclesiástica —dízimos, oblações, mortuárias e outros— quer da freguesia, quer das capelas anexas: Azóia, Rio Maior e Alcoentre.

O contacto da instituição com os mecanismos da economia urbana implicaria, porém, a breve trecho, alterações significativas. Embora praticamente nada se saiba sobre a forma de exploração das terras — onde terão coexistido a exploração directa e a indirecta, nos moldes habituais ²⁴ — é razoável supor-se uma aposta crescente da Colegiada na produção para os mercados urbanos de Santarém e Lisboa, usando o Tejo para carrear os seus produtos. A gestão patrimonial deve, pois, ter enveredado por dinâmicas tendentes ao aumento da produção e ao encaminhamento dos excedentes para aqueles mercados, tirando partido quer da qualidade de muitas das suas terras, quer da sua acessibilidade em relação aos mesmos ²⁵. Mais visível é a crescente apetência pela propriedade urbana, importante fonte de recursos monetários, já que os foros em dinheiro começaram muito cedo a praticar-se nas cidades e vilas, irradiando depois para os campos, a partir das periferias urbanas ²⁶.

A dimensão do património de Santa Maria da Alcáçova, por volta de 1270, era bem apreciável: 40 casas ²⁷, 5 tendas, 2 casais ²⁸, 34 herdades (em muitos casos medidas em estis), 41 vinhas ²⁹ e 14 olivais ³⁰.

²⁴ Podemos deduzi-lo a partir das expressões-chave **quintã** e **casal**. A primeira designa determinados prédios rústicos no tombo quatrocentista, que adiante estudamos. O segundo termo aparece referido no mesmo tombo e na documentação do século XIII, que estamos a utilizar. Vd., adiante, § 2.2.

²⁵ Veja-se o que é afirmado por José Mattoso, *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1326*, vol. II — *Composição*, pp. 34 e ss., relativamente aos, mais conhecidos, protagonismos económicos dos cistercienses e das Ordens Militares.

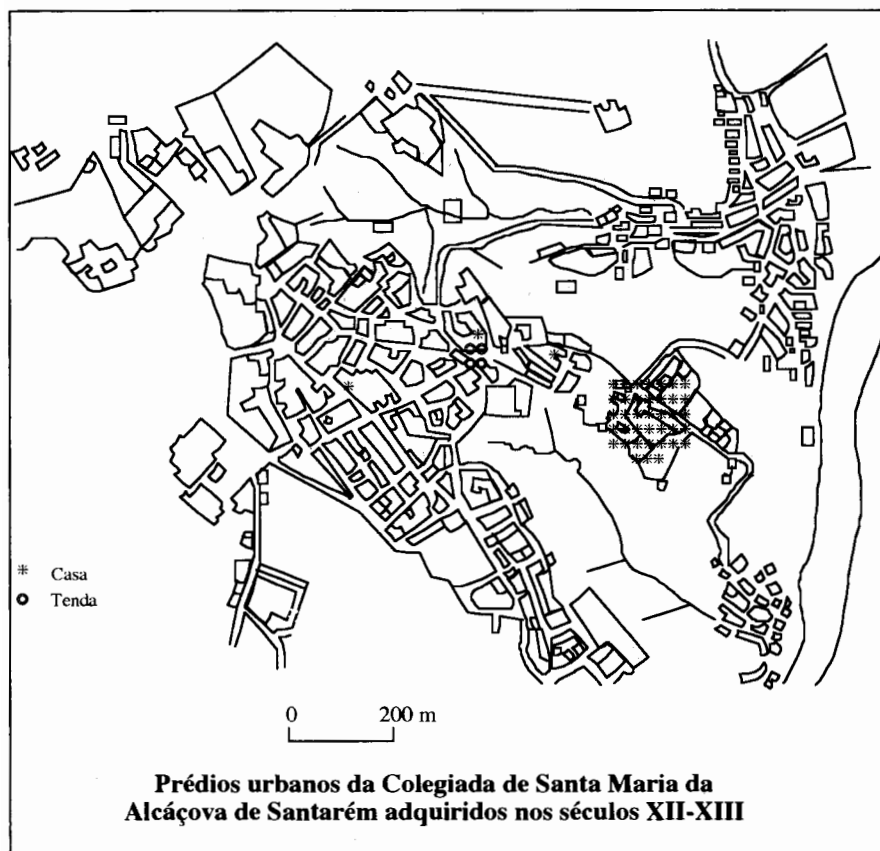
²⁶ Cf. A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV da *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1987, p. 93; Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1989, pp. 292-293.

²⁷ Considerámos como unidades, para efeito deste cálculo, tanto a casa, como as casas e 1/2 casas.

²⁸ Seriam, de facto, mais de dois casais, já que, no caso de Abitureiras, «Stephanus Martini de Cotan [...] legavit pro anima sua dicte ecclesie **casalia**», havendo, portanto, aí mais do que um casal.

²⁹ Computamos apenas como vinhas as propriedades referidas como vinha com olival.

³⁰ Avelino de Jesus da Costa, *ob. cit.*, pp. 6-7, empregando um diferente critério de contagem, computou «mais de 40 casas (a maior parte delas situadas dentro da



A maioria das casas da Colegiada situava-se na Alcáçova. Muitas delas junto de pontos de referência fundamentais, religiosos, comerciais ou militares: a própria igreja de Santa Maria, a de S. Pedro Velho, os açougues, a albergaria, a Porta da Alcáçova, ou o «muro quebrado»³¹. Outras, ainda, localizavam-se nas várias ruas da Alcáçova, com destaque para a rua e praça de Mendo Pancho e, em menor escala,

Alcáçova), quatro casais, cinco tendas, dezenas de herdades, 41 vinhas, 20 olivais e 240 astis de terras».

³¹ Relativamente ao «muro quebrado», vd. o que é dito por Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *ob. cit.*, pp. 36-37.

a rua da Porta do Sol. Algumas das moradias desta área são, finalmente, assinaladas no Obituário em função das personagens com que avizinhavam — D. Aires Pires, D. Constança, Fernão Sousela, Teresa Ordonhes³² — ou, até, de elementos vegetais que se destacavam na paisagem local, se não pelo porte, ao menos pelo odor³³. Mas a Colegiada possuía também casas noutras freguesias da vila: em Marvila e em S. Nicolau (Gulfar).

Quanto às tendas que integravam o património de Santa Maria da Alcáçova, localizavam-se no burgo novo: em Marvila, zona de grande dinamismo mercantil, e em Alporão³⁴.

Sob o ponto de vista da sua utilização agrícola, o espaço em torno de Santarém correspondia, na época, a zonas bem diferenciadas — áreas periurbanas de policultura hortícola, frutícola, vitícola e olivícola; zonas de monocultura do olival, da vinha e do pão — correspondentes a paisagens contrastadas³⁵. O património rústico da Colegiada espraiava-se pelas diversas áreas culturais³⁶.

Uma acessibilidade privilegiada ao mercado urbano, a abundância de água e uma tradição cultural secular, perturbada pela Reconquista mas rapidamente recriada pelos novos agentes económicos, tornavam, no século XIII, a zona de policultura intensiva de Mansos — tomada aqui em sentido amplo, entendendo como tal toda a que gravitava em volta do rego do mesmo nome — a mais relevante, na perspectiva do abastecimento urbano. Nessa zona, a Sudoeste da vila, encontrava-se uma parcela significativa do património da Colegiada. Os seus olivais, bem colados ao casco urbano, pegavam-se ao mosteiro dos Pregadores e à ermida de Santo Antão, ou apareciam, mais para Sul e Sudoeste, na Portela de Calhariz e na Fonte de Gavião; as vinhas em consociação

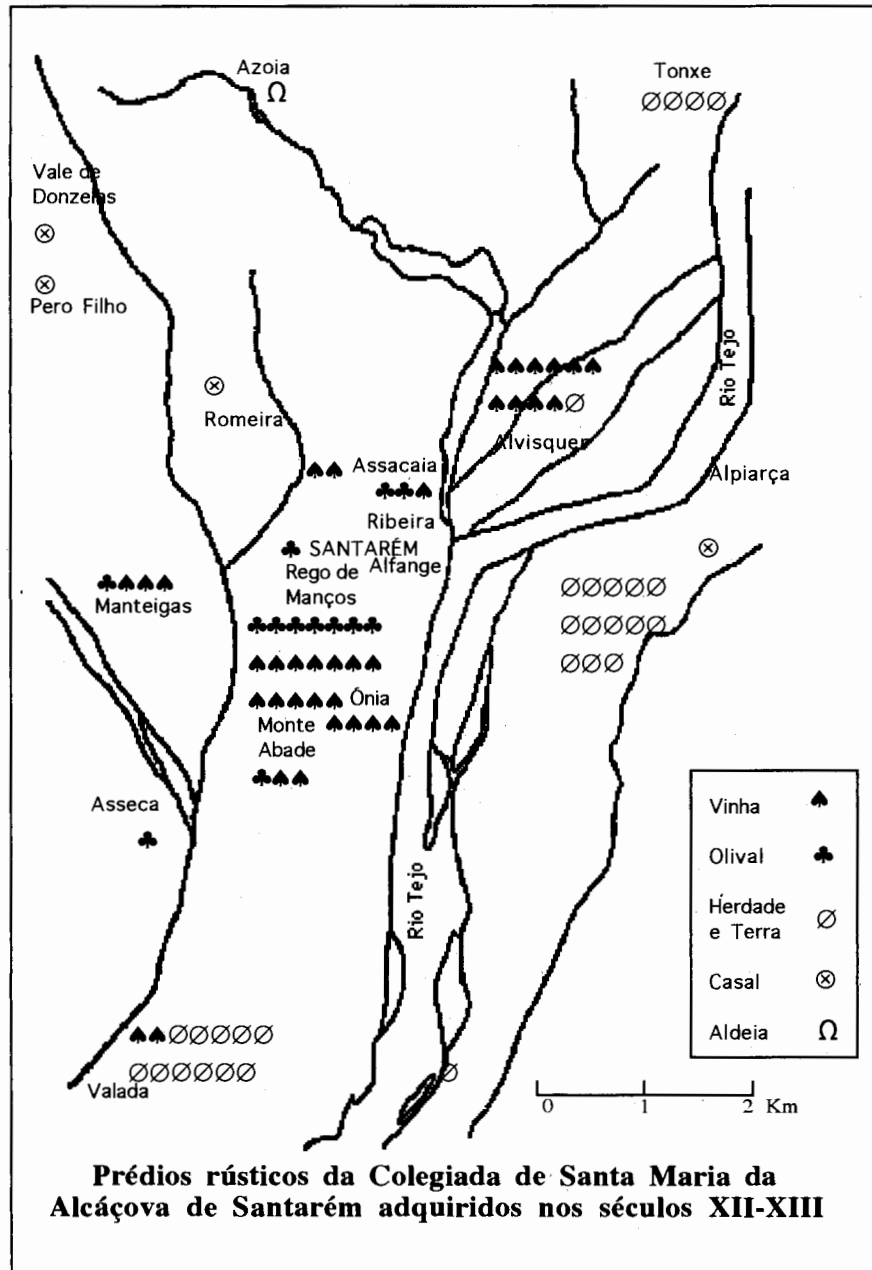
³² Os nomes referidos deverão integrar a aristocracia urbana de Santarém, constituída pelos *militēs*.

³³ Referimo-nos ao loureiro que assinala «apud laurum» — uma casa doada em 1265 por Elvira Martins.

³⁴ Pelo menos uma delas situava-se *in vico mercatorum*, em Marvila.

³⁵ Sobre a utilização agrária do solo em torno de Santarém, no século XIII, vd. Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *ob. cit.*, pp. 153-157.

³⁶ Não nos foi possível localizar os seguintes topónimos: Alfodra, Arriel, Atalajas, Marmoiral ou Mormoiral, Miradoiro de Asmis.



com olivedos ficavam no Vale de Fonte de Tare, em Manços, e, mais para Oeste, em Manteigas; os vinhedos situavam-se em Santo Antão, Fonte de Tare, Rego de Manços, Manços e Poços.

A Noroeste da vila, a Assacaia era uma outra zona de policultura, onde a Colegiada possuía olivais. No vizinho Monte de Cachos, tinha também um vinhedo. Mais para Oeste, na periferia de Santa Maria do Monte, era proprietária de uma vinha na Charneca.

No quadrante Sul, desde o Pereiro ao Paul da Asseca, encontrava-se a terceira zona de policultura de Santarém, onde Santa Maria da Alcáçova estava também presente. Com olivais, principalmente: no Vale de Rei, na Infesta dos Galhardos, na Asseca, no Monte Abade. Mas também com vinhas: no Monte Abade e, sobretudo, na Ónia, terra de aluvião, regularmente inundada pelo Tejo.

Dos arrabaldes de Santarém, ambos à borda do Tejo, destacavam-se a Leste, junto da vila, a baixa de Alvisquer, zona de monocultura vitícola, e, a Sul, mais distante, a Valada, terra úbere, de lezíria. Na primeira, desde a ribeira de Alcoça ao Monte de Trigo, possuía a Colegiada a sua maior concentração de vinhas, além de uma herdade, sita nas Pereiras³⁷. Na última, tinha também vinhedos e, sobretudo, herdades (catorze, no total).

A Sudeste da vila, além do Tejo, estendiam-se os campos de Santarém, onde a Colegiada detinha um bom número de herdades: em Moncão, junto a Almeirim, e nas terras de Alpiarça e do Paul de Trava. Possuía-as também a Norte, na Azóia. Tinha-as, por último, em espaços bem mais distantes de Santarém: Alcoentre, Rio Maior e em Toxe, ou Tonxe, no campo da Golegã.

Os casais da instituição ficavam em Abitureiras e em Zevreiros ou Zevros, topónimos de difícil identificação. O primeiro refere-se talvez a um local contíguo à vila³⁸. Quanto ao segundo topónimo,

³⁷ Referindo-se ao século XIV, afirma Ângela Beirante: «Entre os proprietários das vinhas de Alvisquer avulta de longe a colegiada da Alcáçova». *Ibidem*, p. 162.

³⁸ A proximidade das Abitureiras, face à vila, fundamenta-se na existência, nesta, de um beco de D. Maria de Afonso de Novais, cuja identificação Ângela Beirante não logrou estabelecer, sabendo-se que aquela senhora, em 1372, vivia nas suas casas das Abitureiras. Cf. *Ibidem*, p. 103. Se estes casais eram os mesmos que a Colegiada possuía em 1479 (casal da Carneiria e casal de Vila Gateira), o topónimo corresponderá aos «Bairros» da Aldeia de Pero Filho, junto ao rio de Vale de Donzelas.

correlacionado com terras incultas, poderá corresponder ao sítio, junto à Ribeira de Alpiarça, contra a charneca, do casal da Távola do Daião, que a Colegiada possuía em 1479.

Desconhecemos qual fosse, no terceiro quartel de Duzentos, a valia dos rendimentos proporcionados por tão precioso património. Era, por certo, bem relevante, pois, em 1320, a Igreja era taxada em 2400 libras e os seus beneficiados em 1300, verbas que claramente superavam as das demais igrejas da vila³⁹. Em todo o bispado de Lisboa, aliás, a taxa da Colegiada só era excedida pelas mesas episcopal e capitular de Lisboa, mosteiro de Alcobaça, mestrados de Cristo e de Santiago e pela vigararia de Santa Maria do Olival de Tomar⁴⁰.

2. O património da Colegiada no final da Idade Média

A partir dos finais do século XIII e ao longo dos dois centénios subsequentes, a aportação de bens à Colegiada deve ter-se tornado mais esporádica, pois os bens que encontramos em Quatrocentos não parecem superar significativamente os possuídos dois séculos atrás. A movimentação da propriedade da instituição deve ter acompanhado o ritmo da mesma a nível geral, com o seu ponto alto no século XII, um nível muito apreciável na centúria seguinte, quebra em Trezentos, sem recuperação no século subsequente⁴¹. Ressalve-se, porém, o carácter restritivo do registo do Tombo de 1479, impedindo uma comparação rigorosa com os informes do Obituário.

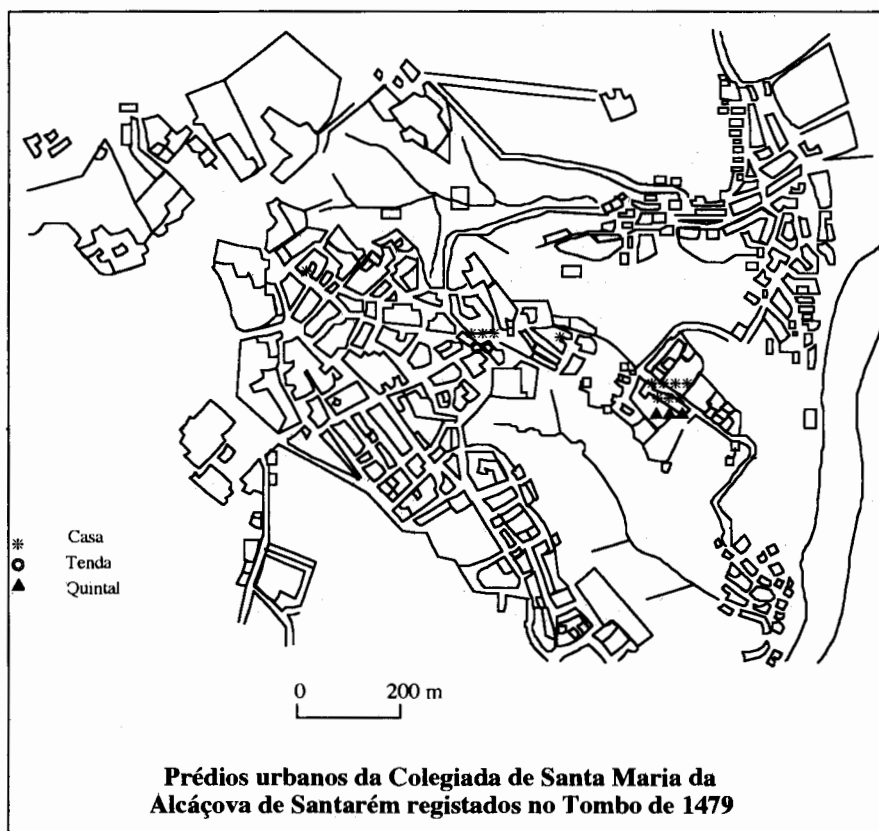
³⁹ Compare-se com as contribuições das restantes igrejas: Santa Maria de Marvila, taxada em 600; S. Salvador, em 300 + 300; S. Nicolau, em 330 + 300; Santo Estêvão, em 300 + 250; S. Julião, em 280 + 250; S. Martinho, em 230 + 200 libras; S. Bartolomeu, em 230 + 140; Santa Cruz, em 80 + 240; S. Lourenço, em 130 + 100; Santa Iria, em 150 + 60; Santiago (da Ordem de Cristo), em 200; S. Pedro de Alfange, em 60 + 60; S. João de Alfange, em 60 + 60; S. Mateus, em 40 + 30. Refiram-se também as relativas aos mosteiros: Santa Clara, taxada em 700 libras; Trindade, em 400, S. Domingos das Donas, em 120. Cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, 2ª ed., org. por Damião Peres, vol. IV, Porto, 1971, pp. 131-132; ref. por Avelino de Jesus da Costa, *ob. cit.*, p. 8 (neste, por lapso, assinala-se a verba de 400 libras).

⁴⁰ Fortunato de Almeida, *ob. cit.*, pp. 127-132.

⁴¹ Sobre a aportação de bens neste período, vd. Iria Gonçalves, *ob. cit.*, pp. 23 e ss.

2.1. *Propriedades urbanas*

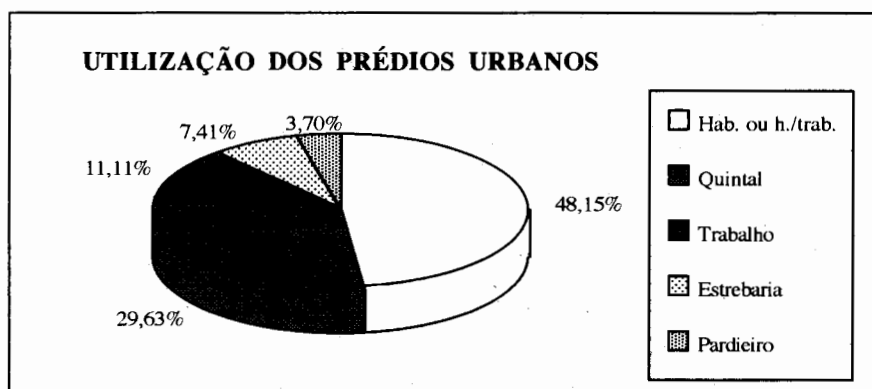
Em 1479, a Colegiada trazia emprazados dezena e meia de imóveis urbanos. A maior parte deles encontrava-se na Alcáçova, junto da igreja de Santa Maria. No burgo velho, espaço fortificado, «gérmen da vila medieval cristã», mas apresentando — desde o século XIV — sintomas insofismáveis de declínio, senão mesmo de abandono, a instituição emprazara sete casas e ainda três quintais ⁴².



⁴² Sobre o declínio da Alcáçova de Santarém, vd. Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *ob. cit.*, pp. 59-66. Note-se que, como referimos no § 2.2., a antiga casa de refeitório dos cónegos da Colegiada estava convertida, no final do século XV, num ferragial.

Os demais imóveis da Colegiada situavam-se no coração mercantil do burgo novo — Marvila — e em duas zonas que lhe eram contíguas: S. Martinho e Salvador.

Grande parte destes imóveis eram consagrados à habitação — ou à habitação/trabalho simultâneos. Mas outras aplicações, designadamente a de quintal e a de trabalho, distinto da habitação, ocorriam igualmente⁴³. Releve-se a botica do boticário e as tendas de judias, localizadas em Marvila, a primeira nos fundos de uma casa da Praça, as outras dando para a rua das Tendeiras.



Os edifícios que incorporavam o património da Colegiada eram de estrutura, dimensão e valor vários, ainda que a maioria se circunscrevesse a um nível mediano⁴⁴.

Tipologicamente, estas casas caracterizavam-se, quase sempre, por grande singeleza.

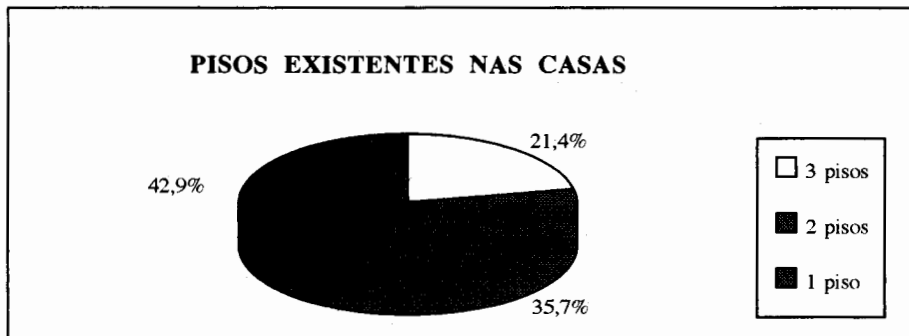
Predominavam as **casas térreas**, de duas divisões (*casa dianteira* e *casa de dentro*) ou mesmo de divisão única (*casa* ou *casa térrea*),

⁴³ A situação era análoga à que detectámos no estudo sobre o património de instituições de benemerência de Santarém, que realizámos com Manuela Santos Silva, *Recursos económicos de algumas instituições de assistência de Santarém nos finais da Idade Média, sep. de 1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV-XV. Jornadas de História Medieval*, Lisboa, 1985, p. 72.

⁴⁴ De acordo, aliás, com o prevalente em Santarém. Vd. Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *ob. cit.*, pp. 53-93; Maria Manuela Tavares dos Santos Silva e Manuel Sílvio Alves Conde, *ob. cit.*, p. 72.

rareando a casa térrea de três divisões (*três casas*)⁴⁵. Localizavam-se na Alcáçova todos os exemplares deste tipo.

As **casas de dois pisos** escasseavam, integrando espécimes de duas (*casa sobradada*), seis (*duas casas dianteiras sobradadas e casa de dentro com meio sobrado*) e oito divisões (*quatro casas sobradadas*). Os edifícios deste tipo, em que a compartimentação do sobrado repetia, por regra, a do piso térreo, repartiam-se por Alcáçova, Salvador e Marvila.



Mas também se encontravam algumas **casas de estrutura mais complexa**. Duas delas localizavam-se na Alcáçova. A primeira compunha-se de casa dianteira e loja, ambas com sótão e sobrado, mais uma casa térrea. A segunda incluía casa, câmara sobradada e

⁴⁵ Como é sabido, em regra, a casa medieval — mesmo a urbana — era, por toda a parte, uma construção baixa. Cf., entre outros, Simone Roux, «L'habitat urbain au Moyen Âge. Le quartier de l'Université à Paris», *Annales, E.S.C.*, 24º ano, nº 5 (1969), pp. 1201-1202; María del Carmen Carlé, «La ciudad castellana a comienzos de la baja Edad Media», *Anuario del Instituto de Investigaciones Historicas*, vol. 3, p. 427; António de Sousa Silva e Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no século XV e outros estudos históricos*, Lisboa, 1979, p. 123; A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*, 3ª ed., Lisboa, 1974, p. 67; José Marques, *Património régio na cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV (subsídios para o seu estudo)*, sep. da *Revista de história*, Porto, 1982, p. 15; Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376-1520)*, Guimarães, 1989, pp. 223-224; Iria Gonçalves, *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, p. 110; Amélia Aguiar Andrade, *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, 1990, p. 36; Manuel Sílvio Alves Conde, *Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal, nos fins da Idade Média*, no prelo.

loja, além da estrebaria e de um pardieiro. Uma outra situava-se na Praça e abrangia uma casa dianteira com dois sobrados, a casa de dentro, que era cozinha, uma casa de fundo, onde se instalara a botica do boticário e loja, e ainda duas tendas. O outro espécime ficava a S. Martinho e era constituído por duas casas, a primeira com dois sobrados e a segunda com um, apenas.

Como é manifesto, o alteamento e complexização das construções relacionava-se com o valor locativo e pendor comercial das zonas em que se inseriam. Neste particular, releve-se o caso de Marvila, centro económico da vila nos finais da Idade Média, onde se erguiam os edifícios mais altos e complexos que a Colegiada possuía ⁴⁶.

Aflorámos, atrás, o tema da compartimentação destas casas. Como se viu, o número de divisões de cada edifício era, em geral, bem pequeno ⁴⁷.

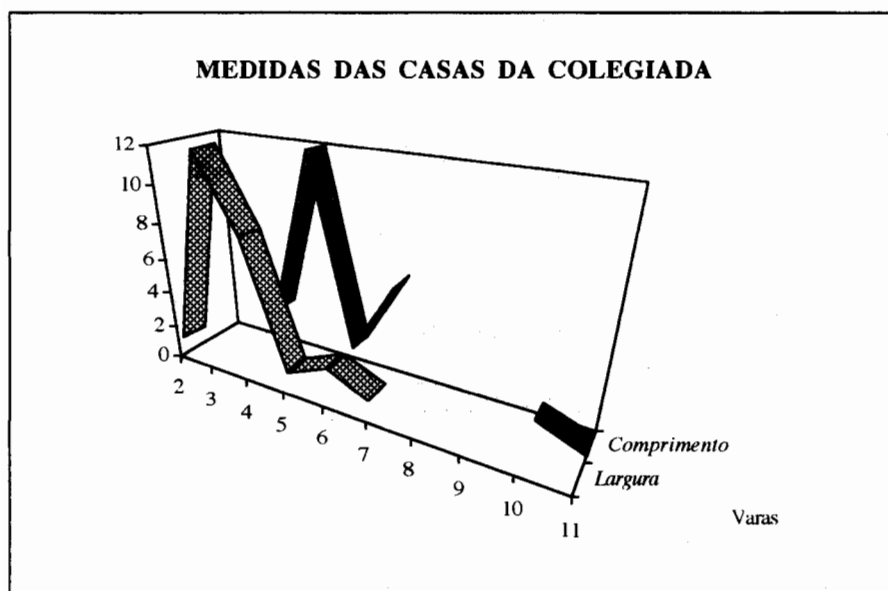
No que respeita à utilização funcional do espaço interior, a regra era a plurivalência. Mas, nalguns casos, necessidades profissionais dos seus habitantes ditavam a especialização espacial da moradia. Nas casas do tipo mais elementar, de uma só divisão, não havia qualquer diferenciação do espaço. Porém, noutras construções, igualmente térreas, atrás da «casa dianteira» aparecia uma «casa de dentro», ou «câmara», permitindo opor a um espaço mais socializado um espaço eminentemente doméstico, que podia até incluir uma cozinha ⁴⁸.

⁴⁶ Sobre o alteamento dos edifícios urbanos, que corresponde a uma tendência geral dos fins da Idade Média, decorrente do dinamismo económico e demográfico das cidades, vd. Simone Roux, *ob. cit.*, loc. cit.; id., *La maison dans l'Histoire*, Paris, 1976, pp. 156-157; A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 66-67; Iria Gonçalves, «Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia», *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 1 (1980), pp. 165-166; id., *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, p. 110; Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, p. 223; Manuel Sílvio Alves Conde, *ob. cit.*

⁴⁷ Tal como ocorria no resto do país e, aliás, por toda a Europa. Cf. Simone Roux, «L'habitat urbain au Moyen Âge. Le quartier de l'Université à Paris», *cit.*, p. 1205; id., *La maison dans l'Histoire*, pp. 156-157; María del Carmen Carlé, «La casa en la Edad Media castellana», *Cuadernos de historia de España*, LXVII-LXVIII (1982), pp. 187-188; Vítor Manuel Pavão dos Santos, *A casa no Sul de Portugal na transição do século XV para o século XVI*, dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1964, pp. 34-35 e *passim*; Iria Gonçalves, *ob. cit.*, pp. 111-112; Manuel Sílvio Alves Conde, *ob. cit.*

⁴⁸ Como sucedia na casa da Praça, aforada ao boticário Mestre Afonso.

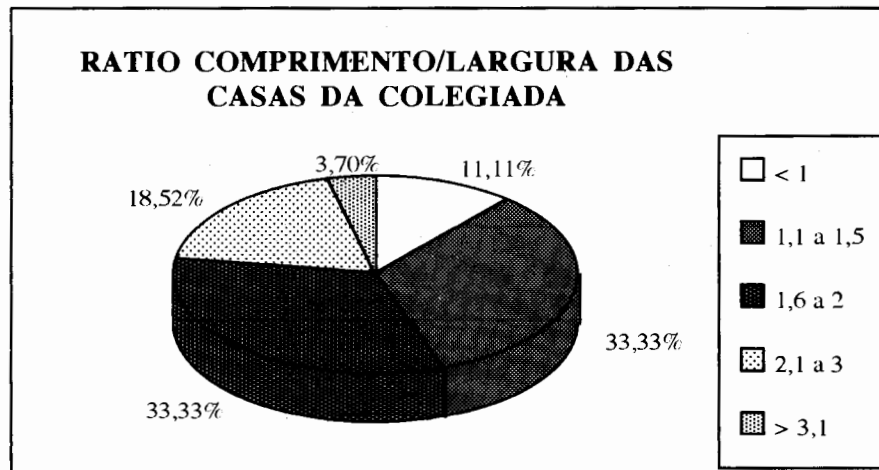
Em edifícios de mais de um piso, a especialização de funções fazia-se verticalmente, pela sobreposição à «casa» de um ou mais «sobrados», destinados a residência.



O tombo quatrocentista refere as medidas de comprimento («comprido», «longo», «longura») e a largura («largo», «ancho») das moradias e dependências. Quase todas as casas — 80 % do total — apresentavam valores situados entre as cinco e sete varas (5,5 a 7,7 metros) de longo. No que se refere à largura, as dimensões predominantes — 80 % do total, também — situavam-se entre as três e as quatro varas (3,3 a 4,4 metros).

A média da *ratio* comprimento/largura das casas da Colegiada de Santarém é de 1,7. Os valores mais frequentes dessa razão — 2/3 das moradias — situavam-se entre 1,1 e 2. Os edifícios com valores abaixo daquele nível, isto é, quadrados, são escassos (apenas 11 %). As casas alongadas têm, ao contrário, uma expressão mais significativa do que aqueles (22 %). Se compararmos estas construções com as que estudamos noutros centros urbanos do Centro e Sul do País, na mesma época, concluímos haver aqui uma presença de «casas quadradas»

menor que em Tomar e Évora, mas superior à de Lisboa. Quanto aos edifícios alongados, surgem com mais frequência em Lisboa, em proporção análoga em Tomar e com menor expressão em Évora⁴⁹.



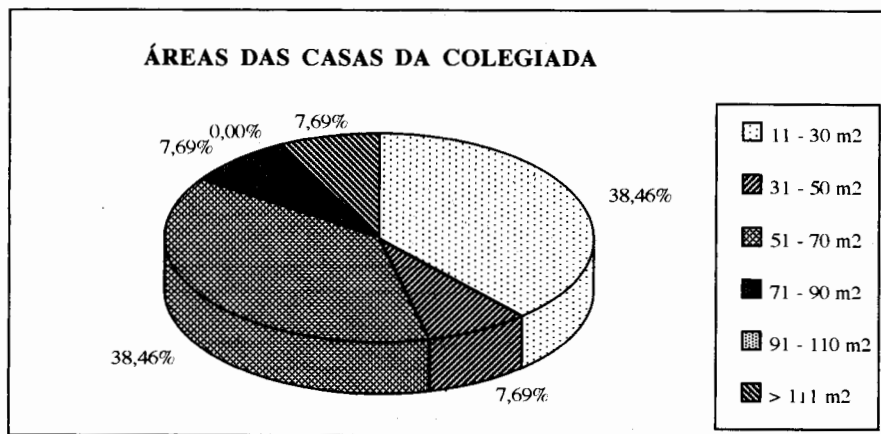
O espaço parcelar das casas apresentava um valor médio de 50,6 m². Relativamente grande para a época, era superior à média que Maria da Conceição Falcão Ferreira apurou em Guimarães (39,6 m²) e às que podemos encontrar em Alenquer (44,1 m²), Óbidos (43,6 m²), Lisboa (40,2 m²) e Évora (35,8 m²), mas inferior à que computámos em Tomar (60 m²)⁵⁰. As superfícies das moradias, variáveis consoante o tipo, agregavam-se maioritariamente em dois esca-

⁴⁹ Os elementos relativos aos diversos centros urbanos que referimos constam do nosso trabalho de que atrás se fez menção.

Entre este conjunto de casas de Santarém não prevalece, pois, o tipo de casa muito alongada, estreita e comprida, tão frequentes nas cidades europeias medievais e detectado já noutros centros urbanos portugueses, nomeadamente no Norte: Guimarães e Ponte de Lima. Cf. Simone Roux, «L'habitat urbain au Moyen Âge. Le quartier de l'Université à Paris», *cit.*, p. 1206; Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, p. 235 e nota 87; José Marques, *A confraria de S. Domingos de Guimarães (1498)*, pp. 35-38; Amélia Aguiar Andrade, *ob. cit.*, p. 36 e nota 167.

⁵⁰ Relativamente a Guimarães, vd. Maria da Conceição Falcão Ferreira, *ob. cit.*, p. 235 e nota 87. Os dados referentes aos restantes centros urbanos e a bibliografia respectiva constam do nosso trabalho já mencionado.

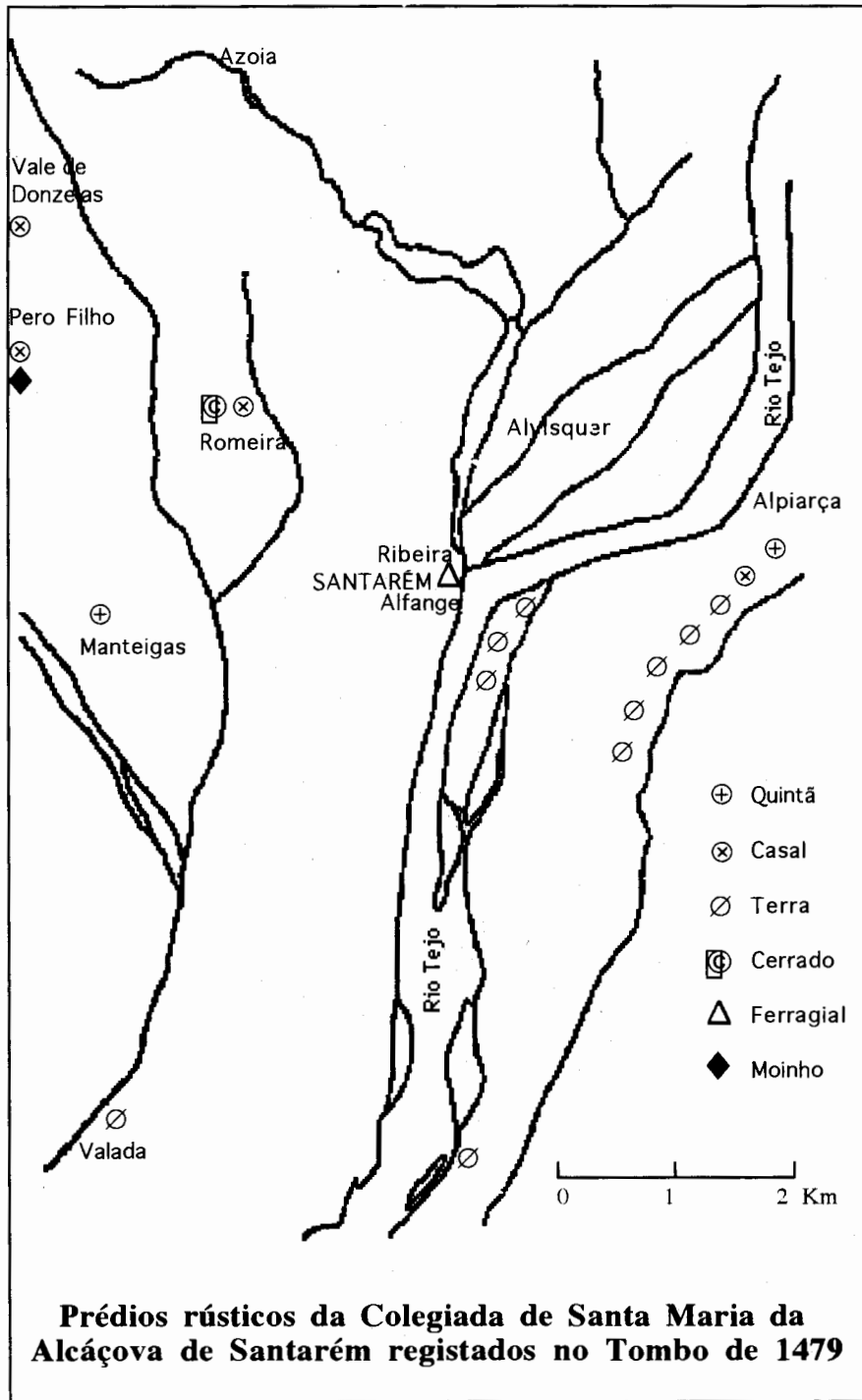
lões assaz diferenciados —o que abrangia as casas com áreas entre os 11 e os 30 m² e o que integrava as áreas entre 51 e 70 m²— tendo escassa representação o escalão intermédio e os superiores.



O espaço útil das casas, considerando as áreas totais dos pisos e divisões das mesmas, é obviamente superior àqueles valores. É-o ainda muito mais se nele incluirmos as superfícies das dependências e espaços anexos às moradias; sobretudo, as dos quintais, natural complemento do espaço interior daquelas, cuja presença tinha elevada expressão⁵¹.

O tombo é omissivo no que respeita a aspectos arquitectónicos essenciais. Assim, não regista a altura das casas, os tipos de cobertura e pavimento, escadas, os materiais empregues na sua construção, e refere apenas de passagem os elementos de abertura para o exterior: portas e janelas. Menciona ainda, singularmente, a presença de uma chaminé numa casa, na Alcáçova, emprazada a um cônego da Colegiada.

⁵¹ Os quintais ocorriam em 46,1% dos casos. Relativamente à sua utilização, as informações são muito escassas: menção de árvores, incluindo duas laranjeiras, no quintal duma das casas de Marvila; de uma videira e de uma amendoeira em quintais de casas sitas na Alcáçova.



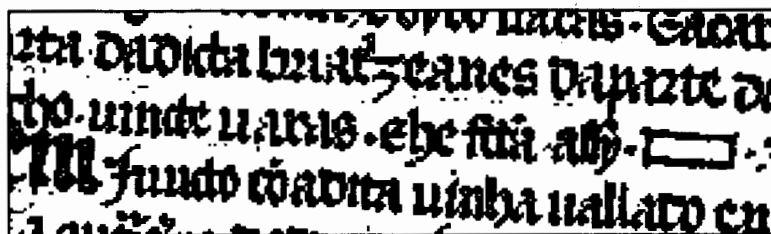
2.2. *Propriedades rústicas*

Se é lícito pensar que, no período anterior, a exploração directa e a indirecta terão sido experimentadas pela Colegiada, na gestão do seu património⁵², tudo leva a crer que, nos finais da Idade Média, a última fórmula seria largamente dominante, aplicada a todo o tipo de bens da instituição.

O tomo da Colegiada de 1479 discrimina vinte prédios rústicos emprazados ou arrendados: quatro casais, duas quintãs, onze terras de lavoura, um cerrado, um ferragial e um moinho⁵³.

As propriedades rústicas da instituição espalhavam-se em torno da vila, em várias direcções.

Entre elas, merecem particular atenção os **casais**. Unidade agrária por excelência, correspondeu o casal, como é sabido, à porção de terra que se considerava necessário e bastante ao sustento de uma unidade familiar, contígua ou não à casa de habitação, sendo o termo correspondente, na terminologia portuguesa, ao «mansus»⁵⁴.



Gravura 1 — Casal de Chave de Casa. Vinha, que foi horta (b), à Ponte de Vila Gateira. Fonte: BMS, *Manuscritos*, nº 49.

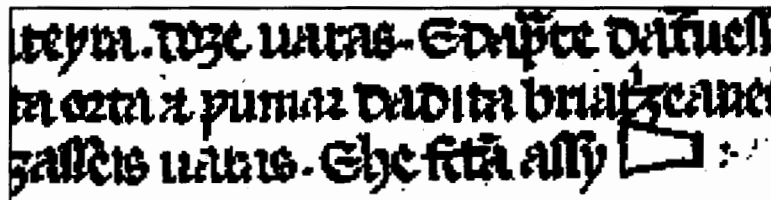
⁵² Cf. o que é exposto atrás, no § 1.

⁵³ Recorde-se que, como sublinhámos na parte inicial deste trabalho, esta fonte omite as terras de vocação não cerealífera, particularmente as hortas, vinhas e olivedos da Colegiada, e os bens de raiz de exploração directa.

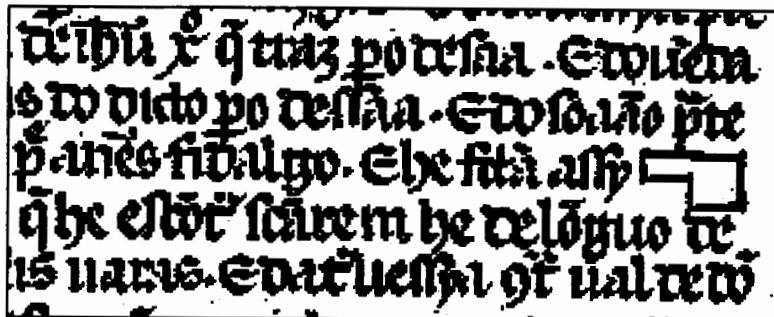
⁵⁴ Cf., a este respeito, A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, 2ª ed., Lisboa,

Três dos casais da Colegiada localizavam-se a Noroeste de Santarém, em Vale de Donzelas, Pero Filho e Romeira, e o quarto ficava a Leste da vila, em Alpiarça.

O casal de Chave de Casa, entre Vila Gateira e Vale de Donzelas, era constituído pela casa de habitação, vinha — que havia sido horta— e três terras de sementeira, elementos que se encontravam dispersos ⁵⁵.



Gravura 2 — Casal de Chave de Casa. Terra (c), junto à vinha anterior, à Ponte de Vila Gateira. Fonte: *ibidem*.



Gravura 3 — Casal de Chave de Casa. Terra dos Casais (d) (courela de terra de três jeiras a Vale de Donzelas). Fonte: *ibidem*.

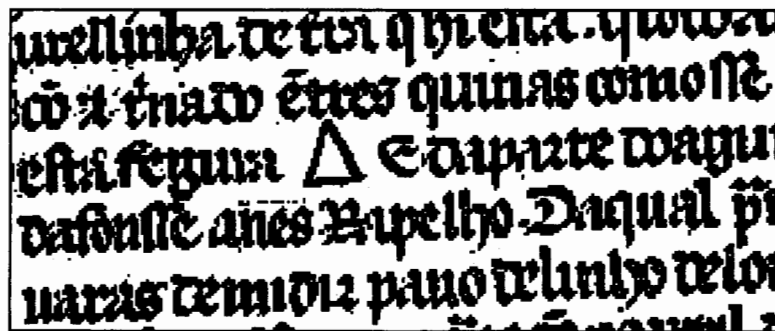
1968, pp. 106-107; id., *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, pp. 76, 79-80; Armando Castro, *A evolução económica de Portugal nos séculos XII a XV*, vol. II, Lisboa, 1964, pp. 40, 190-192, 213-243; Iria Gonçalves, «Da estrutura do casal nos fins da Idade Média», *História e Crítica*, 7 (1981), pp. 60-72; id., *O património do mosteiro de Alcobaca nos séculos XIV e XV*, pp. 168-177; Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média. Estudo de história rural*, vol. I, Coimbra, 1983, pp. 102-108.

⁵⁵ Este casal, tinha a sua casa entre Vila Gateira e Vale de Donzelas; as parcelas que o integravam espargiam-se por diversos locais: junto à Chave da Casa; à ponte de Vila Gateira; junto a Vale de Donzelas.



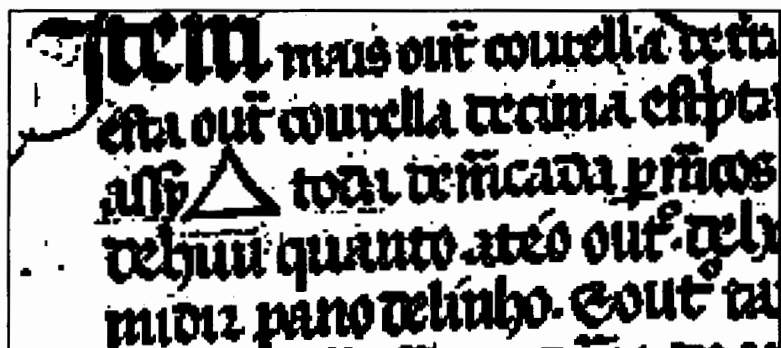
Gravura 4 — Casal de Chave de Casa. Terra do Forno da Cal (e), junto a Chave da Casa. Fonte: *ibidem*.

Perto daquele casal, situava-se o de Carneiria, junto à aldeia de Pero Filho. Apresentava nítidos sinais de decadência, com as suas casas e curral desmoronados, e incluía oito courelas de terra, uma das quais havia sido vinha. Os elementos integrantes manifestavam-se igualmente disseminados ⁵⁶.

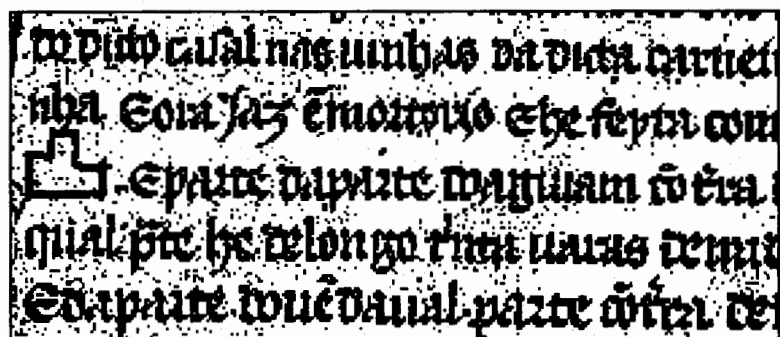


Gravura 5 — Casal da Carneiria, em Pero Filho. Courelinha de terra (a), anexa às casas e curral, caídos por terra. Fonte: *ibidem*.

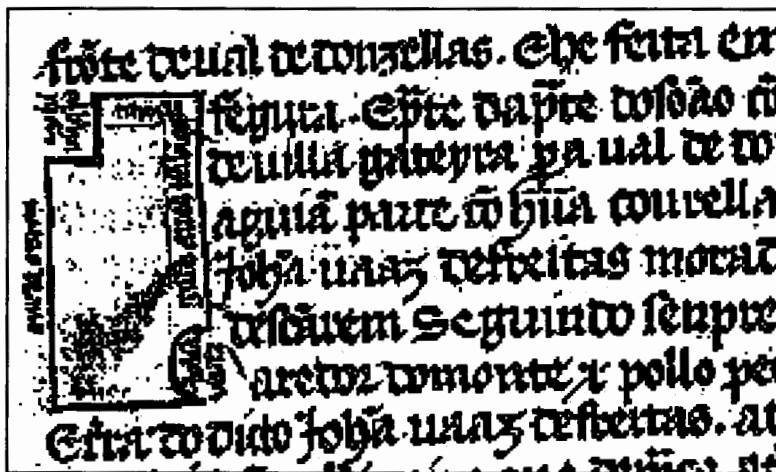
⁵⁶ As casas e dependências deste casal situavam-se na aldeia de Pero Filho, tendo junto uma «courelinha» e uma courela; as outras sete courelas encontravam-se: nas vinhas da Carneiria; nas terras da Albergaria, defronte de Vale de Donzelas; nos Álamos, junto ao rio de Vale de Donzelas; ao Porto da Lâgea; à Albergaria Velha; à de Barba Leda, junto a Vale de Donzelas.



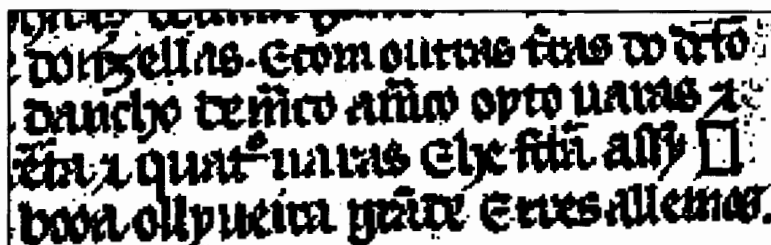
Gravura 6 — Casal da Carneiria. Courela de terra (b), junto à anterior.
 Fonte: *ibidem*.



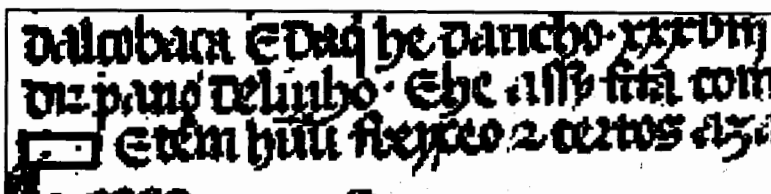
Gravura 7 — Casal da Carneiria. Courela de terra (c), sita nas vinhas
 da Carneiria. Fonte: *ibidem*.



Gravura 8 — Casal da Carneiria. Courela de terra (d), da Terra da Alber-
 garia, defronte de Vale de Donzelas. Fonte: *ibidem*.



Gravura 9 — Casal da Carneiria. Courela de terra (e) aos Álamos.
 Fonte: *ibidem*.



Gravura 10 — Casal da Carneiria. Courela de terra (f) ao Porto da Lágua.
 Fonte: *ibidem*.

ta no d'ido p'yo deual toalqueue a
 docto p'yo deual toalqueue he delaz
 E he f'ca assy □ : : .

Gravura 11 — Casal da Carneiria. Courela de terra (g) à Albergaria Velha.
 Fonte: *ibidem*.

Donzellas he e'raues de anho vinte
 E deste casal n'õ t'õ tillo. Esp'gua e
 por dia de s'ã m' de agosto dez alqueires
 uas g'as. E he courela he f'ca assy □

Gravura 12 — Casal da Carneiria. Courela de terra (h) à de Barba Leda,
 junto a Vale de Donzelas. Fonte: *ibidem*.

Ao contrário dos anteriores, o casal da Ponte da Romeira, parece, seria constituído por um elemento único e incluía a moradia do foreiro e um olival de grande dimensão.

O casal da Távola do Daião, em Alpiarça, era seguramente uma exploração compacta. As suas terras constituíam um assento, apresentando-se «cercado sobre si» e «valado ao redor».

Este casal tem todas e'huu assento l
 deuallo aq'oz E he assy f'co com
 [illegible] . E p'te do l'oaõ cõtra t
 de f'nam hoiz caualeyro. E do ag
 ssa p'te cõ ha ad'p'oa da alpiarça.

Gravura 13 — Casal da Távola do Daião, à Ribeira de Alpiarça.
 Fonte: *ibidem*.

A pequena amostra de casais reparte-se entre explorações compactas e unidades constituídas por fragmentos espargidos (4 e 8, nos dois casos registados). A dispersão das parcelas dos casais, desvantajosa para o cultivador no plano imediato, dadas as constantes deslocações a que o sujeitava, minimizava um pouco os efeitos dos maus anos agrícolas, tão frequentes na Idade Média, ao permitir o cultivo de solos de distintas índoles e localizações⁵⁷.

As parcelas dos casais eram consagradas sobretudo à produção cerealífera⁵⁸. Outras culturas completavam o espectro da dedicação dessas terras: vinha, olival⁵⁹, horta, árvores de fruto⁶⁰. A documentação não permite precisar as superfícies ocupadas com tais cultivos, que seriam, com certeza, reduzidas⁶¹.

Conhecemos a área global de três destas explorações. Os casais de Chave de Casa e de Carneiria apresentavam valores comuns, indiciando a tendência para a pequena exploração que, na época,

⁵⁷ Este aspecto foi já salientado por Armando Castro, *ob. cit.*, vol. II, pp. 219-220; Iria Gonçalves, *ob. cit.*, p. 172. Tal vantagem levaria a que quase sempre, os casais reunindo diferentes courelas dispersas por um espaço mais ou menos amplo prevalecessem sobre os casais compactos. Cf. Iria Gonçalves, «Da estrutura do casal nos fins da Idade Média», *cit.*, p. 70; id., *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, p. 171; Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média. Estudo de história rural*, vol. I, pp. 102-108; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga, 1992, p. 131 e n. 337; Saul António Gomes, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, Coimbra, 1990, p. 199.

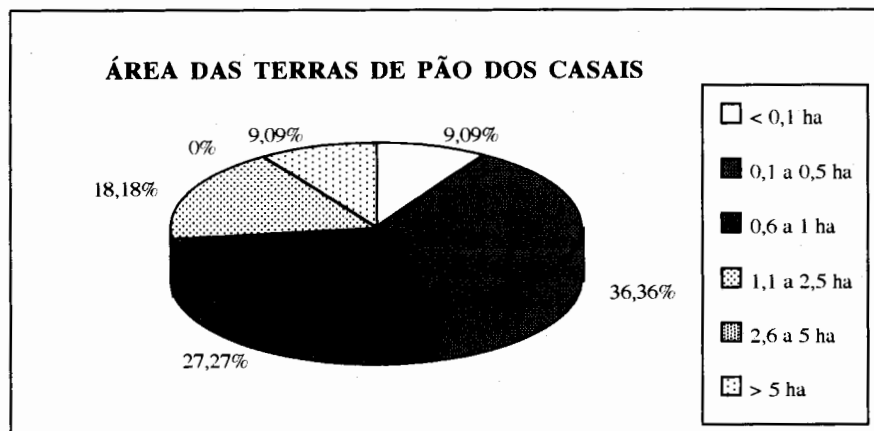
⁵⁸ Pode induzir-se a vocação cerealífera destas terras a partir dos respectivos foros, solvidos em pão (meado) e, supletivamente, em porcos e galinhas.

⁵⁹ Oliveiras, azambujeiros e enxertos aparecem, em quantidade apreciável, no interior de terras de pão.

⁶⁰ Há menção de árvores de fruto — e outras, como álamos e freixos — dentro de terras de pão.

⁶¹ Salvo no caso excepcional da vinha do casal de Vila Gateira, que merece menção separada. Esse vinhedo, que fora horta, ocupava uma área de 0,2 hectares. Era, assim, uma pequeníssima fracção (cerca de 2%) do casal, cuja área global excedia os 10 hectares. Refira-se também um mortório de vinha, no casal da Carneiria, com 0,6 hectares, para uma superfície total de 6,2 hectares (cerca de 10%).

preenchia um largo espectro do espaço agrícola do Ocidente europeu: 10,8 e 6,2 hectares, respectivamente⁶². Já o da Távola do Daião era de dimensão muito superior, com os seus 120 hectares⁶³.

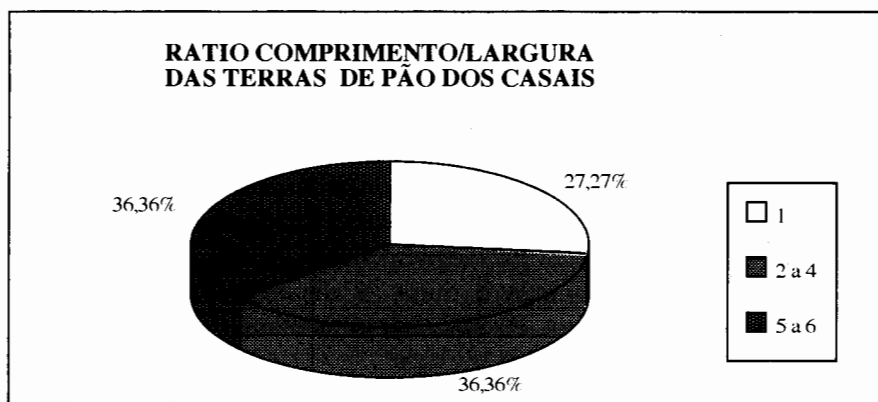


Quanto à superfície das parcelas dos casais, o que sabemos refere-se quase exclusivamente às terras de pão⁶⁴. A grande maioria dessas searas era de dimensão reduzida, não ultrapassando 1 hectare, e boa parte não atingia, sequer, valores além de 0,5 hectares. Registe-se, contudo, uma terra do casal da Chave de Casa, à Vila Gateira, apresentando uma área fora do comum, de 9,5 hectares.

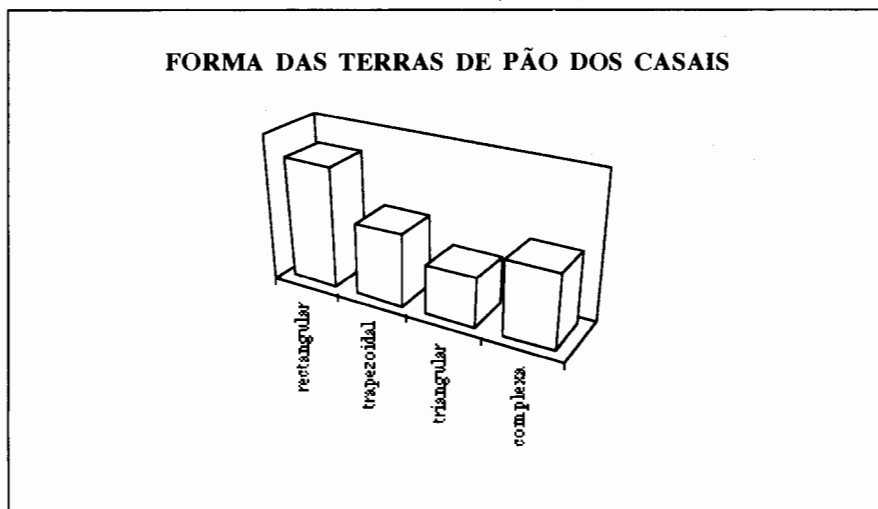
⁶² Cf., entre outros, B. H. Slicher Van Bath, *Historia agraria de Europa occidental (500-1850)*, trad. cast., 2ª ed., Barcelona, 1978, pp. 197-200; Guy Bois, *Crise du féodalisme, Économie rurale et démographie en Normandie Orientale du 14^e au milieu du 16^e siècle*, Paris, 1976, pp. 138-140; Virgínia Rau, «A grande exploração agrária em Portugal a partir dos fins da Idade Média», in *Estudos de história económica*, Lisboa, 1961, pp. 15-32; A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, pp. 108-110; Iria Gonçalves, *ob. cit.*, pp. 175-177.

⁶³ O foreiro deste casal pagava anualmente à Colegiada 11 móios de pão meado e 2 porcos, contra os singelos 20 alqueires e 2 galinhas do casal da Chave da Casa. O valor do foro era, obviamente, correlacionável com a superfície global de cada um e, assim, o casal do Daião, com uma área 11 vezes superior à do da Chave da Casa, pagava foros 33 vezes superiores àquele.

⁶⁴ Refira-se, porém, o caso da parcela de vinha, a que atrás nos reportámos.



Pequenas, estas leiras eram, geralmente, alongadas. Não eram, de facto, muitos os casos em que comprimento e largura se equivaliam. Quase sempre a longura multiplicava várias vezes a largueza, atingindo tal relação, nalguns casos, o valor 6.



A forma destas parcelas era variável. Os talhos tetragonais eram os mais frequentes, com os rectangulares a prevalecerem sobre os trapezoidais, mas também se detectam configurações triangulares e outras, caprichosas e complexas⁶⁵.

As duas **quintãs** (ou quintas) da Colegiada situavam-se no Campo de Trava e às Manteigas. A primeira, a de Trava, ficava a Leste de Santarém. Abrangia o respectivo assento e as suas «pertenças»: horta, vinha, olival, lagar de azeite e mata. A segunda, a das Portelas, localizava-se a Oeste da vila. Possuía, junto das suas casas, uma fonte; incluía terras de pão, olival e pinhais.

O termo quintã, cujo sentido terá variado ao longo dos tempos e de umas para outras regiões, parece aqui designar o que fora outrora uma parcela da reserva dominial⁶⁶. A ser assim, as fracções de reservas a que estamos a reportar-nos estavam virtualmente alienadas, já que o tipo de contrato agrário a que as haviam submetido — empraçamento em três vidas — prevendo embora o regresso da terra à posse da Colegiada, apontava para um prazo bastante lato e incerto.

O tombo, muito parco de informações relativas às quintãs, não permite caracterizá-las de forma conveniente, nem, sequer, assinalar diferenças significativas entre estas e os casais. Desconhece-se a área das quintãs, que, parece, seriam, explorações compactas⁶⁷. A das Portelas era totalmente cerrada e demarcada por marcos e valados antigos, «de redor». A existência, junto à de Trava, de um lagar de azeite — meio de produção que não lográmos encontrar junto dos casais — parece ser o único traço a sublinhar a primazia da quintã relativamente ao casal.

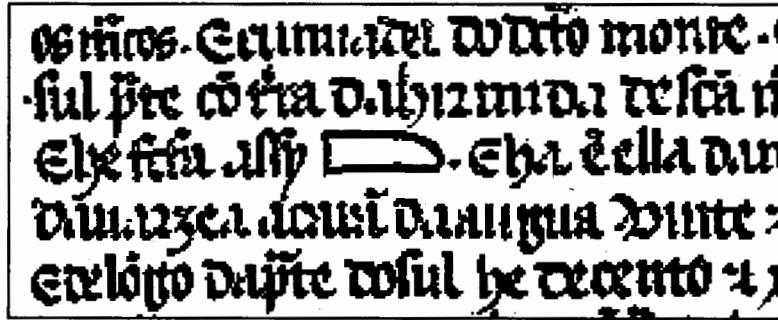
As unidades de cultivo — quintãs e casais — constituíam uma parte menor no cômputo das propriedades da instituição, referidas pelo

⁶⁵ Vd. gravuras supra.

⁶⁶ Cf., a este respeito, A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, pp. 106-107; id., *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, pp. 76-80; Armando Castro, *ob. cit.*, vol. II, pp. 40, 192-213; Iria Gonçalves, *ob. cit.*, pp. 177-180; Maria Helena da Cruz Coelho, *ob. cit.*, vol. I, pp. 102-108.

⁶⁷ Os escassos informes respeitantes à quintã de Trava não permitem concluir, com segurança, pela sua compacidade.

tombo quatrocentista⁶⁸. Ao contrário, as «terras» —ou courelas— de aptidão cerealífera aparecem expressivamente entre os bens da Colegiada de que aquela fonte nos dá notícia, derramando-se pelas férteis lezírias que bordejavam o Tejo, em todas as direcções. Apareciam a Sul de Santarém, perto das vinhas da Valada, junto à Ponte das Távoas. Nas planuras, fronteiras à vila, além do Tejo, a Sudeste, nos chamados campos de Santarém: em frente a Alfange, ao Porto de Muge, nos campos de Trava e Alpiarça⁶⁹. A Noroeste da vila, perto da aldeia de Pero Filho, ficava uma outra courela, emprazada em conjunto com um moinho.

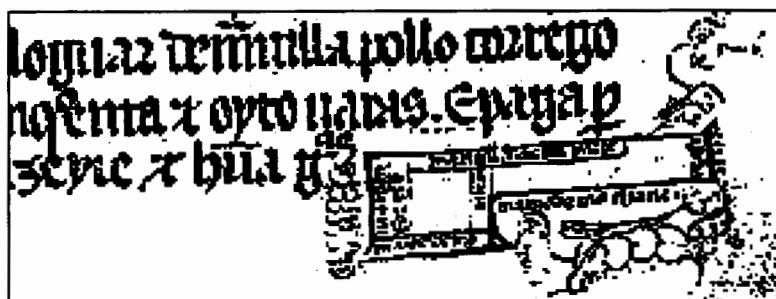


Gravura 14 — Courela de terra na Ribeira de Pero Filho. Fonte: *ibidem*.

⁶⁸ 33,3% dos contratos agrários de locação mencionados no tombo reportavam-se a casais e quintãs. Essa percentagem era relativamente elevada, se a compararmos com os valores encontrados para a Estremadura, na mesma época, por Iria Gonçalves, *ob. cit.*, p. 180: à volta de 22,5%. De qualquer modo, o valor real seria, de facto, inferior ao que apurámos, tendo-se em conta os contratos agrários não considerados no tombo, nomeadamente os de vinhas e olivais.

⁶⁹ Registe-se que numa das terras, junto a Alfange, o foreiro construía a sua moradia.

Esta última é, aliás, a que melhor conhecemos⁷⁰. Era uma courela pequena, com cerca de 34 ares, de formato trapezoidal, estreita e alongada⁷¹, delimitada por marcos de um dos lados⁷².



Gravura 15 — Cerrado, com chave, à Fonte de D. Tareija, na Romeira.
Fonte: *ibidem*.

A Noroeste de Santarém, perto da Romeira, a Colegiada possuía, também, um «lugar cerrado», designado da Fonte de D. Tareija. O tombo é omissivo no que respeita ao que aí se cultivava e não explicita o tipo de vedação que o defendia. Provavelmente, praticavam-se aí cultivos intensivos, sobretudo de legumes frescos para abastecimento do mercado urbano⁷³, aproveitando-se assim a abundância de águas e a contiguidade da estrada «da seruyntya dos carros», que unia

⁷⁰ Já que as medidas das restantes 10 «terras» eram expressas em estis, medida cuja conversão em unidades de superfície modernas é algo controversa. Essas courelas tinham entre 7 e 40 estis.

⁷¹ A *ratio* comprimento/largura da courela era de 5,5/1, considerando-se aqui a sua largura máxima.

⁷² Talvez se possa considerar este caso como paradigmático, salvo no que respeita ao seu formato. Vd. o que atrás se disse sobre as courelas integradas em casais. Repare-se que metade das searas das instituições de benemerência de Santarém tinham superfícies inferiores a 0,5 hectares e uma relação média comprimento/largura idêntica à desta courela. Cf. Maria Manuela Tavares dos Santos Silva e Manuel Sílvio Alves Conde, *ob. cit.*, pp. 80 e 83. Assemelha-se também ao que, para uma região próxima, apurou Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *ob. cit.*, p. 128 e n. 301.

⁷³ Quase sempre as fontes omitem estes produtos, cf. Iria Gonçalves, *ob. cit.*, pp. 92-93.

a vila ao paul da Ponte da Asseca. Mas também o olival estaria, decerto, presente⁷⁴ neste cerrado de dimensão bem dilatada⁷⁵.

Outro cultivo intensivo, o da ferrã para os animais, era praticado em plena Alcáçova, junto às casas de muda de el-rei, no local — que não excedia os 900 m² — que outrora abrigara a casa de refeitório dos cônegos da igreja⁷⁶.

Na ribeira de Pero Filho, junto à aldeia do mesmo nome, a Colegiada possuía, a meias com o mosteiro de Santa Clara de Santarém, um moinho⁷⁷, alveiro e segundeiro⁷⁸. Perto deste, junto ao respectivo açude ficava a courela de terra que lhe era anexa e a que já aludimos.

2.3. Contratos de locação

Na perspectiva do redactor do tombo, as propriedades arroladas não eram meros locais de habitação ou de trabalho, ou superfícies a cultivar. Acima de tudo, eram bens da Colegiada, que proporcionavam rendimentos a esta. Era, pois, fundamental o registo circunstanciado

⁷⁴ Como se depreende da renda.

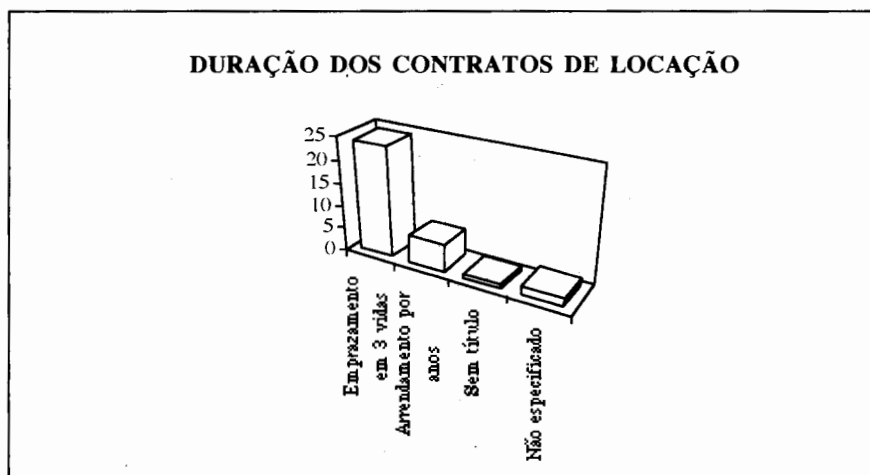
⁷⁵ 1,5 hectares, somando o cerrado e a sua «chave». Confronte-se esta superfície com o que é dito, relativamente aos cerrados de Torres Vedras e da Batalha, por Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *ob. cit.*, p. 129 e n. 320; Saul António Gomes, *ob. cit.*, pp. 213-214.

⁷⁶ Compare-se a área deste ferragial com as dos hospitais de Santarém, que geralmente rondavam, ou excediam, os 1000 m², cf. Maria Manuela Tavares dos Santos Silva e Manuel Sílvio Alves Conde, *ob. cit.*, p. 80.

⁷⁷ Este moinho tinha uma área de 60,5 m².

⁷⁸ Fazia-se na Idade Média, como ainda hoje, a distinção entre as mós (ou moendas) «trigueiras» ou «alveiras» (pois faziam farinha alva) e mós segundeiras (pois serviam para moer pão «de segunda», isto é, de milho miúdo, centeio, cevada ou aveia). Actualmente, as primeiras, de qualidade superior, empregam a quartzite, ao passo que as segundas são feitas em granito ou qualquer outra pedra granulosa. Vd., a este respeito, Jorge Dias, Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, *Sistemas primitivos de moagem em Portugal. Moinhos, azenhas e atafonas*, vol. I, *Moinhos de água e azenhas*, Porto, 1959, pp. 74-75; A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, pp. 196-197; Maria Olímpia da Rocha Gil, «Engenhos de moagem no século XVI (Técnicas e Estruturas)», *Do Tempo e da História*, I (1965), p. 177. Sobre a exploração de moinhos e o particular da sua divisão em partes, vd. A. H. de Oliveira Marques, *ob. cit.*, p. 198.

e cabal da identidade dos foreiros, do tipo de contrato a que o bem era sujeito, das suas rendas e respectivas datas de pagamento, e das demais obrigações a que o foreiro se vinculasse.



A maioria dos **contratos**, como era corrente nesta época, subordinava-se ao instituto de **enfiteuse**, o qual, como é sabido, apresentava evidentes vantagens para ambos os contraentes. Ao senhor, assegurava, a par do recebimento da renda, a conservação dos edifícios, o cultivo das terras e, evidentemente, beneficiações da propriedade, sem investimentos da sua parte. Ao foreiro, garantia a posse útil de bens para si e seus filhos, e até a possibilidade de alienação dos mesmos, no respeito pelas condições legalmente ajustadas⁷⁹. A modalidade mais praticada pela instituição era o **contrato em vidas** — três, em todos os casos registados —, correspondente a mais de 72% da amostra estudada⁸⁰. A opção por este tipo proporcionava à Colegiada

⁷⁹ Sobre a enfiteuse, vd. Henrique da Gama Barros, *Historia da Administração Publica em Portugal nos Seculos XII a XV*, 2ª ed., dir. por Torquato de Sousa Soares, t. VII, Lisboa, 1949, pp. 82-108 e *passim*; Mário Júlio Brito de Almeida Costa, *ob. cit.*, pp. 169-200; id., «Os contratos agrários e a vida económica em Portugal na Idade Média», *Anuario de Historia del Derecho Español*, XLIX (1979), pp. 141-163; Iria Gonçalves, *ob. cit.*, pp. 189-190.

⁸⁰ E à totalidade dos contratos urbanos. Verifica-se também o predomínio do contrato em três vidas em muitos outros lugares da Estremadura, nos fins da Idade

as vantagens que referimos, sem implicar a alienação definitiva da exploração. Assim, os bens acabariam por retornar, com as beneficiações entretanto havidas, à posse daquela, permitindo-lhe a actualização das rendas e disposições contratuais, ao mesmo tempo que se assegurava o cumprimento do princípio do Direito Canónico segundo o qual os bens eclesiásticos nunca deveriam ser alienados a título definitivo⁸¹.

Assinale-se, para além da ocorrência de um trato informal⁸², a relativa importância, na esfera rústica, dos contratos por um número de anos pré-estabelecido, equivalentes a mais de 18% da amostra. Na perspectiva do locador, esta modalidade tinha a vantagem de permitir a actualização dos foros, no final do prazo estipulado. No caso dos bens da Alcáçova, a duração dos tratos sujeitos a este tipo de locação era, quase sempre, de 9 anos, embora o arrendamento por 21 anos fosse também praticado. A opção pelos arrendamentos por 9 anos justifica-se, porventura, pelo facto de as *Ordenações Afonsinas* determinarem que os contratos por 10 anos ou mais fossem considerados enfitêuticos⁸³. Ao fixar uma duração inferior àquele limite, o locador pretendia garantir o retorno da exploração à sua posse⁸⁴.

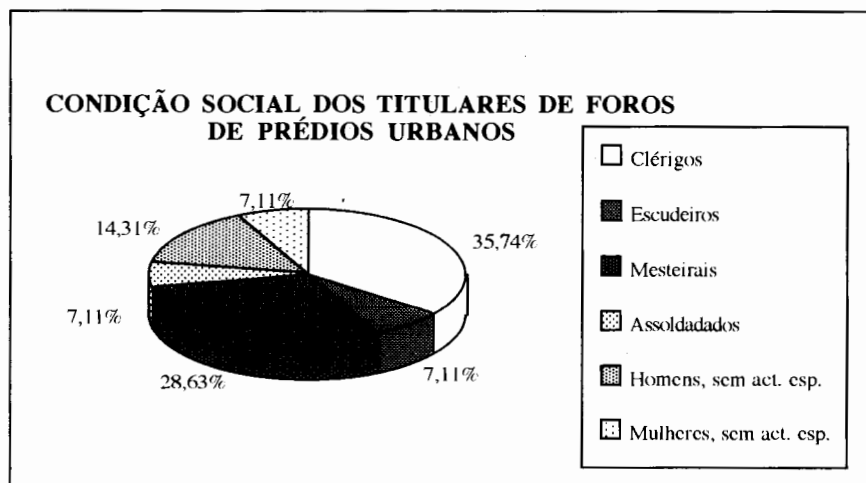
Média: nos actos relativos aos bens rurais do aro da cidade de Coimbra, nos contratos rústicos e urbanos outorgados pelo Mosteiro de Alcobaça, fora dos respectivos coutos, pelo Mosteiro da Batalha e por instituições de benemerência de Lisboa e Santarém, e nos celebrados na vila e termo de Torres Vedras. Cf. Maria Helena da Cruz Coelho, *ob. cit.*, vol. I, p. 298; Iria Gonçalves, *ob. cit.*, p. 192; Saul António Gomes, *ob. cit.*, p. 219; Maria José Pimenta Ferro, «Nótulas para o estudo da assistência hospitalar aos pobres de Lisboa; os hospitais de D. Maria de Aboim e do conde D. Pedro», in *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média, Actas das I.ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. I, Lisboa, 1973, p. 395; Maria Manuela Tavares dos Santos Silva e Manuel Sílvio Alves Conde, *ob. cit.*, p. 84; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *ob. cit.*, pp. 334-342.

⁸¹ Cf. Henrique da Gama Barros, *ob. cit.*, t. VII, pp. 88-91; t. VIII, Lisboa, 1950, pp. 167-168; Iria Gonçalves, *ob. cit.*, p. 189.

⁸² E de dois outros em que se explicita a forma utilizada.

⁸³ *Ordenações Afonsinas*, Livro III, Coimbra, 1792, título XXXXV, § 1, pp. 158-159; IV, Coimbra, 1792, título LXXVI, § 2, p. 269; cf. Henrique da Gama Barros, *ob. cit.*, t. VIII, pp. 195-196.

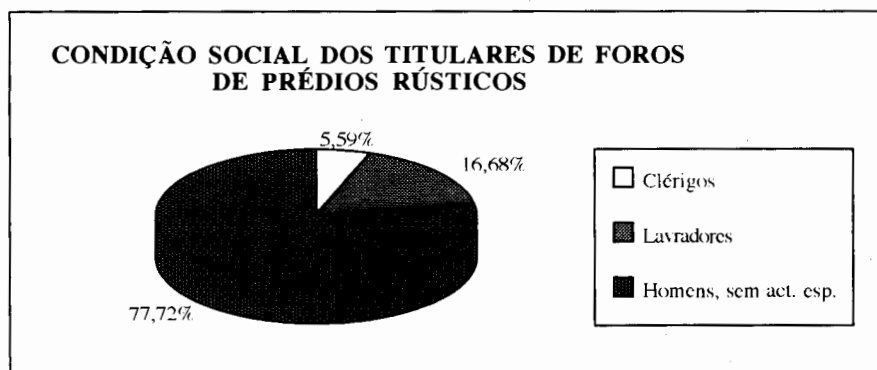
⁸⁴ Cf. Iria Gonçalves, *ob. cit.*, pp. 198-200.



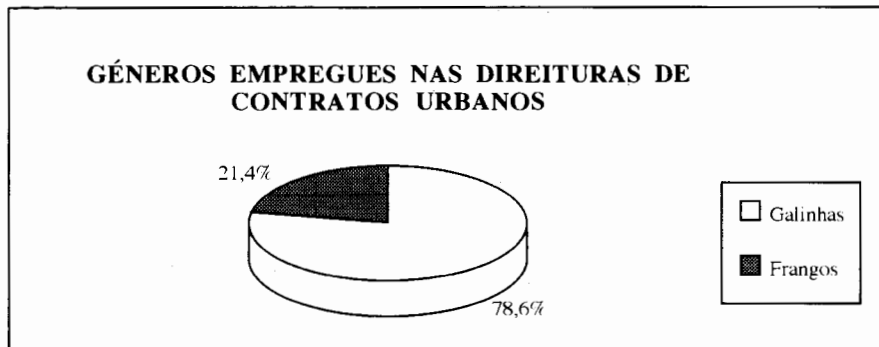
Os **titulares dos foros** arrolados no tomo da Colegiada eram indivíduos de ambos os sexos (97% de homens e 3% de mulheres) e de diversa condição social.

Nos contratos urbanos, clérigos e mesterais eram as categorias dominantes, registando-se ainda escudeiros, assoldadados e indivíduos sem actividade especificada.

Nos contratos rústicos, o espectro social era bem mais estreito. Clérigos e lavradores eram as únicas categorias sócio-profissionais registadas. Mas quase 80% dos foreiros correspondiam a indivíduos sem actividade determinada, grande parte deles integrando, provavelmente, o sector primário.



As **rendas** pagas pelos foreiros de Santa Maria da Alcáçova compunham-se, em regra, de um cânon, acrescido por direituras. Verificava-se, porém, um caso de foros «secos», isto é, sem renda acessória, e ocorriam outros de isenção do cânon, cabendo ao foreiro apenas a dação de direituras. Por último, não há qualquer menção de serviços pessoais ⁸⁵.



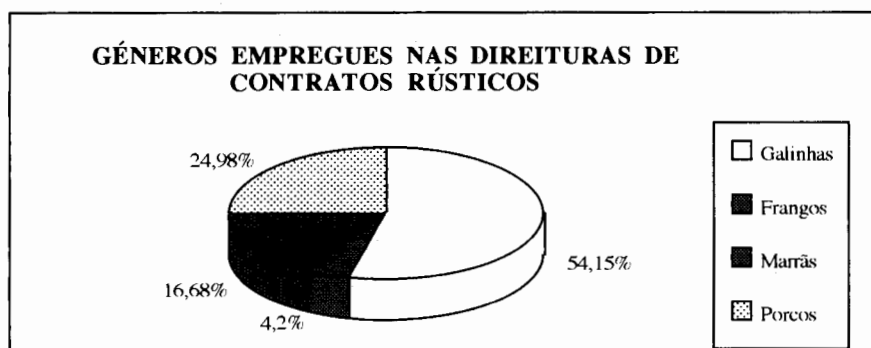
Os cânones urbanos eram sistematicamente solvidos em dinheiro ⁸⁶. A composição das foragens relativas a estes contratos urbanos era homogénea. Aliás, eram assaz ligeiras tais prestações,

⁸⁵ O cânon, foro ou terrádigo era o elemento nuclear da pensão anualmente prestada pelo enfiteuta ao senhorio, em dinheiro ou produtos da terra, fixa ou parciária. As direituras, foragens ou miunças constituíam o elemento acessório dessa renda.

Quanto às jeiras (corveias), modalidade de renda que revestia a forma de prestação de serviços e outrora tivera um peso considerável, tendiam a desaparecer, nos finais da Idade Média. Vd. Georges Duby, *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'Occident médiéval (France, Angleterre, Empire, IX^e-XV^e siècles. Essai de synthèse et perspectives de recherches*, vol. II, Paris, 1977, pp. 145-146, 157; Iria Gonçalves, *ob. cit.*, pp. 143-144; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *ob. cit.*, p. 360. Porém, esta dinâmica registava disparidades regionais profundas e, por exemplo, nos campos do Baixo Mondego, no mesmo período, verificava-se, ao contrário, um significativo aumento das jeiras, cf. Maria Helena da Cruz Coelho, *ob. cit.*, vol. I, pp. 356-364.

⁸⁶ Recorde-se que, com os hospitais de Santarém, que estudámos com Maria Manuela Tavares dos Santos Silva, ocorria uma situação análoga no que respeita às direituras e apenas 4% dos contratos urbanos previam o pagamento de cânones em

constituídas por aves de capoeira —galinhas e frangos— que os foreiros podiam criar nos espaços anexos às suas casas ou obter no mercado da vila⁸⁷.

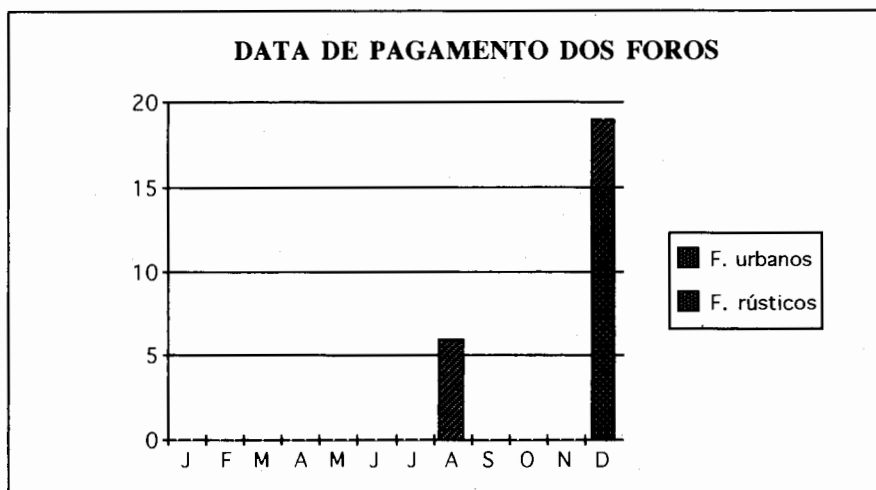


Já no que respeita às rendas dos contratos rústicos, a situação era um pouco diversa desta. Assim, o cânon, era, por via de regra, solvido em gêneros: cereal («pão meado») e azeite. Apenas num caso se previa que o foro fosse pago em numerário. Quanto às foragens, apresentavam-se mais variadas na sua composição, incluindo, além de galináceos, suínos: porcos e marrãs⁸⁸.

gêneros. Vd. *ob. cit.*, pp. 86-87. A preeminência da moeda nas rendas urbanas verificava-se também em Torres Vedras, onde em apenas 6% dos casos se verificava a dação de gêneros, cf. Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *ob. cit.*, pp. 349-350.

⁸⁷ O mesmo se passava com as instituições assistenciais, que estudámos com Maria Manuela Tavares dos Santos Silva. Vd. *ob. cit.*, p. 86.

⁸⁸ Nos contratos rústicos das instituições de benemerência de Santarém, a composição das rendas era similar. Porém, no que respeita às miunças, a percentagem de suínos era bem reduzida, comparada com a que ocorre nos contratos desta Colegiada. Vd. Maria Manuela Tavares dos Santos Silva e Manuel Sílvio Alves Conde, *ob. cit.*, p. 88.



Os foros urbanos — quer o cânon, quer as respectivas direituras — eram sempre cobrados no Natal. Quanto aos foros rústicos, eram solvidos em Agosto e Dezembro, consoante os produtos estipulados nos contratos: o cereal em Santa Maria de Agosto, o dinheiro e o azeite pelo Natal⁸⁹. As miunças relativas a estes foros eram sempre satisfeitos pelos foreiros na mesma data do cânon.

Os dados registados no tomo quatrocentista permitem-nos, por último, uma breve e limitada incursão pela esfera das finanças da Colegiada. Podemos fazer, com alguma aproximação, uma estimativa das receitas provenientes dos foros que esta recebia pelos prédios urbanos e rústicos naquele arrolados. Mas, advirta-se, tal apreciação é extremamente parcelar e aproximativa. Refere-se a uma parcela do património da Colegiada, sendo muito, pode presumir-se, aquilo que ficou de fora. E tem por base o recurso a unidades de preço sujeitas a variações conjunturais e regionais.

⁸⁹ Este calendário do pagamento dos foros aproxima-se do que estabelecemos para os hospitais de Santarém. Cf. *idem, ibidem*, p. 91.

No quadro seguinte, sintetiza-se tal estimativa:

Rendimentos de Santa Maria da Alcáçova de Santarém provenientes das propriedades arroladas no Tombo de 1479

	P. URBANAS		P. RÚSTICAS		TOTAL	
	un.	valor (reais)	un.	valor (reais)	un.	valor (reais)
Reais	830	830	1 000	1 000	1 830	1 830
Reais de Prata ⁹⁰	24	720	—	—	24	720
Pão meado/Alqueire ⁹¹	—	—	2 546	57 285	2 546	57 285
Azeite/Alqueire ⁹²	—	—	13	780	13	780
Galinhas ⁹³	19	380	13	260	32	640
Frangos ⁹³	10	100	—	—	10	100
Marrãs ⁹⁴	—	—	4	440	4	440
Porcos ⁹⁵	—	—	6	1 800	6	1 800
Subtotais:	valor (reais)	%	valor (reais)	%	valor (reais)	%
Moeda	1 550	(76,4)	1 000	(1,6)	2 550	(4,0)
Cereal	—	—	57 285	(93,0)	57 285	(90,1)
Azeite	—	—	780	(1,3)	780	(1,2)
Miunças	480	(23,6)	2 500	(4,1)	2 980	(4,7)
		(100)		(100)		(100)
TOTAL	2 030	(3,2%)	61 565	(96,8%)	63 595	

⁹⁰ No final do reinado de D. Afonso V e princípio do de D. João II, o real de prata («grosso») de 64 e 67 peças no marco de lei de 11 dinheiros, que ocorrera inicialmente com a cotação de 24 reais brancos, valia 30 reais brancos. Cf. Maria José Ferro Tavares, «A moeda portuguesa de 1383 a 1481», in *História de Portugal*, dir. por José Hermano Saraiva, vol. 3, Lisboa, 1984, p. 187; id. «A moeda de D. João II aos Filipes (1481-1640)», in *ibidem*, vol. 4, Lisboa, 1984, p. 273.

⁹¹ Por «pão meado», entendia-se 1/2 de trigo + 1/2 de cereais de «segunda» (milho, centeio ou cevada). O preço destes últimos andava, geralmente, por metade do do trigo. Cf. A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, pp. 85 e 223. Para o preço do trigo neste período, utilizamos a tabela publicada por aquele autor, in *ibidem*, pp. 220-222.

⁹² Para o preço do azeite, cf. Manuel Sílvio Alves Conde, «Um património tomarense nos finais da Idade Média: os bens de Beatriz Fernandes Calça Perra», *Arquipé-lago*, XI (1989), p. 186.

Dada a natureza dos bens que constam do tomo e a estrutura da respectiva renda, que atrás expomos, é natural que sejam o cereal e a moeda os itens que dominam nos foros rústicos e urbanos, respectivamente. Os ingressos decorrentes das rendas urbanas têm, no seu conjunto, um peso relativo bem escasso.

O valor obtido, de 63 595 reais brancos, respeitante à parte dos ingressos de Santa Maria da Alcáçova documentada pelo tomo quatrocentista não é, de todo, desprezível. O Mosteiro de Alcobaça usufruía, entre 1437-1440, um rendimento doze vezes superior⁹⁶. Mas trata-se, aqui, de um caso singular, de uma instituição muito rica, com rendimentos ao nível das mais importantes mesas episcopais (Lisboa, Évora e Braga), só acompanhada, entre as casas monásticas, por Santa Cruz de Coimbra⁹⁷.

Aproximemos, então, aquele valor das receitas conhecidas de instituições de menor dimensão. O resultado do nosso cômputo equivale a dois terços dos ingressos do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, cerca de 1456⁹⁸; é apenas um pouco inferior ao total das receitas do concelho do Porto em 1474-1475⁹⁹; excede os rendimentos conhecidos, que recebiam em 1505 quatro das instituições de assistência da vila de Santarém (os hospitais de Santo Ildefonso, D. Gaião, Santa Maria dos Inocentes e Espírito Santo)¹⁰⁰.

⁹³ Relativamente ao preço das galinhas e frangos, cf. Maria Manuela Tavares dos Santos Silva e Manuel Sílvio Alves Conde, *ob. cit.*, p. 98, n. 62.

⁹⁴ Para o valor da marrã, cf. A.N.T.T., *Corporações religiosas. Mosteiro de Alcobaça*, L.º 14, fl. 177.

⁹⁵ Sobre o preço do porco, cf. *ibidem*, fls. 199 e 305. Os elementos desta nota e da anterior foram-me gentilmente comunicados pela Prof.ª Doutora Iria Gonçalves, a quem muito agradeço.

⁹⁶ Foi computado nuns 760 000 reais por ano, por Iria Gonçalves, *ob. cit.*, p. 312.

⁹⁷ *Idem*, *ibidem*, p. 314.

⁹⁸ 98 200 reais foi o valor apurado por Saul António Gomes, *ob. cit.*, Coimbra, 1990, p. 239.

⁹⁹ Iria Gonçalves, *As Finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Porto, 1987, p. 19.

¹⁰⁰ Respectivamente 8 141, 65 696, 56 977 e 65 317 reais. Das instituições assistenciais de Santarém por nós estudadas, somente a Gafaria dispunha de rendimentos superiores ao valor acima apontado (95 901 reais). Vd. Maria Manuela Tavares dos Santos Silva e Manuel Sílvio Alves Conde, *ob. cit.*, pp. 92-94.

Se avaliarmos os ingressos de Santa Maria da Alcáçova de uma forma menos abstracta, considerando-os agora como produtos destinados ao sustento de pessoas, talvez possamos entender melhor a dimensão das cifras que encontramos. Peguemos, pois, nos 2 546 alqueires de pão meado, pondo de parte os 57 285 reais brancos da sua valia. Para uma ração diária de 1,7 kg de pão —valor comum na alimentação medieval¹⁰¹—, aquela quantidade de cereal, que equivale a 42,4 toneladas no sistema métrico, entregue pelos foreiros rústicos da Colegiada, bastaria para alimentar quotidianamente 68 pessoas, durante um ano.

¹⁰¹ Considera-se o valor das rações diárias dos cónegos de S. Jorge de Coimbra, estabelecido em 1336. Cf. Maria Helena da Cruz Coelho, *ob. cit.*, vol. I, p. 695.

ANEXOS

1. O património da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, nos séculos XII-XIII

CÓD.	PROPRIEDADE	FORMA DE AQUISIÇÃO	FONTE
I3.	capela, herdades e possessões em Rio Maior	Presúria; prior D. Paio [a. 1180]	<i>Inv.</i>
I36.	2 vinhas com olivais em Atalaias	Presúria de D. Paio [a. 1180]	<i>Inv.</i>
I37.	vinha com olival em Manteigas	Presúria de D. Paio [a. 1180]	<i>Inv.</i>
I15.	herdade em Requeixada de Trava	Presúria	<i>Inv.</i>
I38.	vinha com olival em Manteigas, junto de Fataixos	Presúria	<i>Inv.</i>
I39.	vinha com olival em Vale de Fonte de Tare, junto de Martim Pais	Presúria	<i>Inv.</i>
I40.	vinha em Rego de Manços	Presúria	<i>Inv.</i>
I41.	vinha com olival em Rego de Manços	Presúria	<i>Inv.</i>
O28.	olival à Fonte do Gavião	Mestre Godinho, cónego + 1176	<i>O/Abr.</i>
I1.	capela e Aldeia de Alcoentre	Mestre da Ordem [a. 1190]	<i>Inv.</i>
I2.	capela e Aldeia de Azóia	Domingos Barata, <i>miles</i> de Santarém, e sua mulher Elvira [a. 1190]	<i>Inv.</i>
O23.	vinha em Alvisquer, junto ao poço de Anteiro	Pedro de Areias, presbítero + 1190	<i>O/Mar.</i>
O67.	vinha na Portela, Charneca	Mendo <i>Abegonchius</i> e mulher + 1202	<i>O/Jul.</i>
I4.	12 estis de herdade em Teirom [ou Terrom], Moncão	Froia Calvo, cónego = 06 [1203]	<i>Inv.</i>
O6.	herdade	D. Froia, <i>cantor</i> + 1203 = 14	<i>O/Jan.</i>
I34.	vinha na Ónia	D. Froia, <i>cantor</i> [1203]	<i>Inv.</i>
O13.	vinha em Azinhagas, Alvisquer	Gonçalo <i>Portaricius</i> e mulher + 1204	<i>O/Fev.</i>
I9.	21 estis de herdade em Moncão	Dinheiro do rei D. Sancho I [1211]	<i>Inv.</i>
I22.	herdade em Torre de Alpiarça, à Boeira	Dinheiro do rei D. Sancho I [1211]	<i>Inv.</i>
I27.	16 estis de herdade em Malva, Valada	Dinheiro do rei D. Sancho I [1211]	<i>Inv.</i>
I28.	4,5 estis de herdade em Valada, junto de Martim Sangalhos	Dinheiro do rei D. Sancho I [1211]	<i>Inv.</i>
O40.	vinha em Monte Abade	Maria Bela + 1211	<i>O/Mai.</i>
O27.	casa junto à porta de S. Maria da Alcáçova	Mendo Sousela, presbítero + 1212	<i>O/Mar.</i>
O14.	vinha em Monte Abade	Mendo Soares + 1216	<i>O/Fev.</i>
O49.	olival a Vale de Rei	Maria Fernandes, freira de Coruche + 1219	<i>O/Jun.</i>
I24.	4,5 estis de herdade em Capa Rota, Valada	Fernão Fromariques cf. 038 [1221]	<i>Inv.</i>
O38.	herdade em Capa Rota	Fernão Fromariques + 1221 cf. I24	<i>O/Mai.</i>
I8.	12 estis de herdade em Moncão	Rei D. Afonso II [a. 1223]	<i>Inv.</i>
I16.	12 estis de herdade em Requeixada de Tonxe	Rei D. Afonso II [a. 1223]	<i>Inv.</i>
I11.	14 estis de herdade em Alpiarça	Dinheiro do rei D. Afonso II [1223]	<i>Inv.</i>
I12.	12 estis de herdade em Arriel	Dinheiro do rei D. Afonso II [1223]	<i>Inv.</i>
I13.	7 estis de herdade em Arriel	Dinheiro do rei D. Afonso II [1223]	<i>Inv.</i>
I14.	14 estis de herdade em Alfodra	Dinheiro do rei D. Afonso II [1223]	<i>Inv.</i>
I32.	9 estis de herdade em Saiceiro, Valada	Dinheiro do rei D. Afonso II [1223]	<i>Inv.</i>
O44.	vinha junto da ponte da Ónia	Gondinho Pires + 1223	<i>O/Mai.</i>

* Convenções:

Inv. — *Inventário dos Bens de Santa Maria da Alcáçova de Santarém.*

O/... — *Obituário de Santa Maria da Alcáçova de Santarém* (segue-se o mês respectivo).

Património da Colegiada nos séculos XII-XIII

(Cont.)

CÓD.	PROPRIEDADE	FORMA DE AQUISIÇÃO	FONTE
069.	olival	Miguel <i>Moravit</i> + 1224	<i>O/Jul.</i>
077.	casa na Alcáçova, junto aos açougues da Alcáçova	Gontinha Bermudes + 1224	<i>O/Jul.</i>
047.	23 estis de herdade em Moncão, junto de Gil Vasques	Justa Eanes + 1225	<i>O/Jun.</i>
018.	olival a Santo Antão	D. Ouroana + 1226	<i>O/Fev.</i>
068.	casa junto ao muro quebrado	Paio Eanes Pinhão + 1226	<i>O/Jul.</i>
085.	vinha de Ónia	Soeiro Pires, cónego + 1226	<i>O/Jul.</i>
037.	vinha com olival em Manteigas	Maria Mouta + 1226	<i>O/Mai.</i>
05.	vinha junto da ponte velha da Ónia	Durando Fiel + 1227	<i>O/Jan.</i>
084.	casa na Alcáçova, junto das casas de Fernão Sousela	Diogo de <i>Amore</i> + 1227	<i>O/Jul.</i>
095.	casa junto a albergaria de Alcáçova	João Eanes Mostardo + 1227	<i>O/Jul.</i>
057.	vinha em Valada	Soeiro Pais, presbítero + 1228	<i>O/Jul.</i>
066.	vinha no Lamegueiro, Alvisquer	Domingos Viegas + 1228	<i>O/Jul.</i>
012.	vinha em Manços, junto da vinha de Santa Cruz	Maria Pires Correia + 1229	<i>O/Jan.</i>
052.	casa na Alcáçova, na rua Mendo Pancho	D. Elvira <i>Freara</i> + 1229	<i>O/Jun.</i>
143.	vinha em Poço de Cuna, Alvisquer	Escambo com a Gafaria [1231]	<i>Inv.</i>
025.	vinha em Manços	Gontinha Pires, mulher de Martim Pires de Cotão + 1231	<i>O/Mar.</i>
036.	vinha no Rego de Manços, à Fonte de Pedra	Gontinha Barvada + 1231	<i>O/Mai.</i>
058.	vinha em Manços	Martim <i>Landini</i> + 1231	<i>O/Jul.</i>
083.	casa junto ao muro quebrado	Ausenda Pires, mãe de Justilina + 1231	<i>O/Jul.</i>
016.	casa na Alcáçova, junto a S. Maria da Alcáçova	Martim Pais, presbítero + 1232	<i>O/Fev.</i>
029.	casa na Alcáçova, junto a S. Maria da Alcáçova	Pedro Pais, caldeireiro, mulher D. Maria e filha D. Urraca + 1232	<i>O/Abr.</i>
030.	1/2 casa na Alcáçova, junto ao muro quebrado	D. Maria, mulher de D. Tomé + 1232	<i>O/Abr.</i>
050.	vinha em Pereira de Mariola, Alvisquer	Pedro Pires, amo do rei D. Sancho II, e mulher D. Maria + 1233	<i>O/Jun.</i>
033.	olival à Portela de <i>Callarit</i> (Calhariz)	<i>Cordibona</i> + 1234	<i>O/Abr.</i>
053.	vinha a Santo Antão	D. Pedro Pais + 1234	<i>O/Jun.</i>
079.	1 estil em Malva, Valada	Elvira <i>Fulquera</i> + 1234	<i>O/Jul.</i>
091.	casa na Alcáçova, junto dos açougues	Lupa, forneira + 1234	<i>O/Jul.</i>
02.	vinha com olival em Manços, junto à Fonte de Pedra	Teresa Domingues + 1236	<i>O/Jan.</i>
039.	herdade em Terrom [ou Teirom], Moncão	Mendo Afonso + 1236	<i>O/Mai.</i>
088.	tenda em Alporão	Teresa Salvadores + 1236	<i>O/Jul.</i>
089.	olival em Ladoiro, Asseca	Afonso Fromariques + 1236	<i>O/Jul.</i>
03.	vinha em Poços	<i>Origus</i> , sapateiro, e mulher + 1237	<i>O/Jan.</i>
070.	vinha em Meiadadas, Alvisquer	Pedro <i>Alvus</i> e mulher + 1237	<i>O/Jul.</i>
086.	casa na Alcáçova, na rua Mendo Pancho	D. Bermudo, cónego + 1237	<i>O/Jul.</i>
026.	casa junto à porta de S. Maria da Alcáçova	Urraca Mendes + 1238	<i>O/Mar.</i>
051.	olival, sob o mosteiro dos Pregadores	Martim Pais Saia + 1238	<i>O/Jun.</i>
081.	vinha na Charneca, junto ao olival de Maria Bela	Pedro Aires + 1239	<i>O/Jul.</i>
087.	vinha em Pombal de Dias Domingues, Manços	Paio Ermiges + 1239	<i>O/Jul.</i>
04.	casa no açougue da Alcáçova	Pedro Namorado e mulher + 1240	<i>O/Jan.</i>
035.	casa na Alcáçova, na rua Mendo Pancho	Martim Barvas, presbítero, irmão de Paio Gonçalves + 1240	<i>O/Abr.</i>
055.	olival em Assacaia	Pedro Galego + 1241	<i>O/Jul.</i>
090.	olival a Santo Antão	Martim Pires Cotão, <i>miles</i> + 1241	<i>O/Jul.</i>
129.	4 estis de herdade em Porto de Soeiro Cala, Valada	Domingos Eanes, <i>Alcalabanche</i> , e Justilina [1242] = 022	<i>Inv.</i>

Património da Colegiada nos séculos XII-XIII

(Cont.)

CÓD.	PROPRIEDADE	FORMA DE AQUISIÇÃO	FONTE
022.	herdade em Porto de Soeiro Cala, Valada	Domingos Eanes, <i>Alcalabachus</i> , e Justilina + 1242 = 129	<i>O/Mar.</i>
017.	vinha em Portarengo, Alvisquer	Mendo Eanes, escrivão + 1242	<i>O/Fev.</i>
031.	herdade em Pereiras, Valada e 1/6 das casas na Alcáçova que foram de Fernão Sousela	João Miguéis de Cana + 1243	<i>O/Abr.</i>
019.	casa na Alcáçova, junto das casas de D. Aires Pires	Garcia Pires + 1244	<i>O/Mar.</i>
093.	vinha com olival no Miradoiro de Asmis	Mendo <i>Panchom</i> e sua mulher Maria Pais + 1244	<i>O/Jul.</i>
042.	1/2 casa junto ao muro quebrado	Elvira, viúva de Afonso <i>miles</i> + 1245	<i>O/Mai.</i>
034.	casa na Alcáçova	Paio Fernandes + 1246	<i>O/Abr.</i>
119.	herdade em Tonxe, no fim do reguengo	Pedro de Avizela. [1247] = 071.	<i>Inv.</i>
071.	herdade em Alvorge, Tonxe	Pedro de Avizela + 1247 = 119	<i>O/Jul.</i>
015.	casa na Alcáçova, junto a S. Pedro Velho	Maria Soares + 1247	<i>O/Fev.</i>
08.	herdade em Valada	Pedro Miguéis + 1247	<i>O/Jan.</i>
046.	1/2 casa	Mendo <i>Calus</i> , porteiro + 1248	<i>O/Jan.</i>
048.	1/2 das casas, na rua Mendo Pancho	D. Maria Mendes, mãe de Paio Nunes, <i>cantor</i> + 1248	<i>O/Jan.</i>
032.	casa na Alcáçova, na rua Mendo Pancho	Pedro Fernandes + 1250	<i>O/Abr.</i>
073.	olival em Assacaia	Tempo Bom e sua mulher Maria Eanes + 1251	<i>O/Jul.</i>
056.	vinha em Monte de Cachos	D. Mendo Pais, tabelião, e sua mulher D. Susana + 1259	<i>O/Jul.</i>
118.	8 estis de herdade em Coirelas, Tonxe	Prior D. Julião [1262]	<i>Inv.</i>
120.	herdade da Torre de Trava	Prior D. Julião [1262]	<i>Inv.</i>
135.	olival em Monte Abade	Prior D. Julião [1262]	<i>Inv.</i>
142.	vinha em Monte de Trigo, Alvisquer	Prior D. Julião [1262]	<i>Inv.</i>
144.	casas e 3 tendas em Marvila	Prior D. Julião [1262]cf. 054	<i>Inv.</i>
054.	tendas em Marvila	Prior D. Julião + 1262 cf. 144	<i>O/Jan.</i>
092.	casa na Alcáçova, junto das casas de D. Constança	D. Afonso <i>Pintus</i> + 1262	<i>O/Jul.</i>
125.	2,67 estis de herdade em Capa Rota, Valada	D. Amada [1265] = 074	<i>Inv.</i>
074.	2,67 estis de herdade em Capa Rota, Valada	Amada + 1265 = 125	<i>O/Jul.</i>
021.	casa na Alcáçova, <i>apud Laurum</i>	Elvira Martins + 1265	<i>O/Mar.</i>
072.	casa na praça Mendo Pancho [Alcáçova]	D. Durando, porcionário + 1265	<i>O/Jul.</i>
07.	casa, junto de D. Constança [Alcáçova]	Domingas Fernandes + 1268	<i>O/Jan.</i>
01.	casa na Alcáçova, junto à porta da Alcáçova	Maria Afonso	<i>O/Jan.</i>
011.	casa na Alcáçova, junto ao muro quebrado	João Viegas, cónego	<i>O/Jan.</i>
024.	casa junto à porta da Alcáçova	Maria Eanes e filha Maria Miguéis	<i>O/Mar.</i>
041.	casa junto à porta da Alcáçova	Vicente Martins	<i>O/Mai.</i>
043.	casa na Alcáçova, junto da casa de Fernão Sousela	Elvira, viúva de Miguel Palmeiro	<i>O/Mai.</i>
045.	casa na Alcáçova, junto da casa de Aires Pires	Maria Leda	<i>O/Mai.</i>
059.	casa na Alcáçova, na rua da Porta do Sol	Sancha Lourenço	<i>O/Jul.</i>
063.	casas em Alcáçova, na rua Mendo Pancho	Petrelino, cónego	<i>O/Jul.</i>
064.	casa na Alcáçova, junto ao muro quebrado	Urraca <i>Frayra</i>	<i>O/Jul.</i>
078.	casa na Alcáçova, junto das casas de Teresa Ordonhes	D. <i>Ciprianus</i>	<i>O/Jul.</i>
080.	1/2 casa na Alcáçova, na rua Mendo Pancho	Rodrigo Viegas, cónego	<i>O/Jul.</i>
065.	casa junto à porta da Alcáçova	D. Vicente, surdo	<i>O/Jul.</i>

Património da Colegiada nos séculos XII-XIII

(Cont.)

CÓD.	PROPRIEDADE	FORMA DE AQUISIÇÃO	FONTE
062.	casa em Gulfar	Lourenço Pires	<i>O/Jul.</i>
123.	casais em Abitureiras	Estêvão Martins de Cotão, cónego	<i>Inv.</i>
121.	casal em Zevreiros [ou Zevros]	João Domingues, Louco = 020	<i>Inv.</i>
020.	casal em Zevros [ou Zevreiros]	João Domingues, Louco = 121	<i>O/Mar.</i>
15.	7 estis de herdade em Moncão		<i>Inv.</i>
16.	6 estis de herdade em Moncão, ao Porto de Boeira		<i>Inv.</i>
17.	16 estis de herdade em Moncão	D. Pedro Sarrazinos	<i>Inv.</i>
110.	23 estis de herdade em Moncão, no caminho de Coruche	D. Justa	<i>Inv.</i>
126.	3 estis de herdade em Pereiras	João Miguel de Tanha	<i>Inv.</i>
145b.	8 estis de herdade em Coirelas, Tonxe	D. Martim Pires	<i>Inv.</i>
130.	4,5 estis de herdade em Aberta, Valada	Pedro Miguel	<i>Inv.</i>
131.	9 estis de herdade em Bancelos, Valada	Martim Origues	<i>Inv.</i>
117.	herdade em Adena de Almonda	<i>Chantarrinus</i>	<i>Inv.</i>
061.	olival na Infesta dos Galhardos	D. Estevainha Martins	<i>O/Jul.</i>
09.	olival a Santo Antão	Constança Pais	<i>O/Jan.</i>
010.	olival, junto do olival do bispo de Évora	Pedro Aires e Maria Mendes Pestana	<i>O/Jan.</i>
145a.	tenda na rua dos Mercadores, em Marvila	D. Martim Pires	<i>Inv.</i>
075.	vinha em Leite Coito, Alvisquer	João <i>Petrarius</i> , cónego	<i>O/Jul.</i>
076.	vinha em Fonte de Tare	Estêvão Martins, cónego	<i>O/Jul.</i>
133.	vinha em Valada, junto do alcaide Martim Dade	Soeiro Barvado	<i>Inv.</i>
094.	vinha em Marmoiral [ou Mormoiral], junto de Gomes Sangalhos	D. Marina, viúva de Fernão Pais	<i>O/Jul.</i>
060.	vinha com olival em Mormoiral [ou Marmoiral]	João, porqueiro, e mulher	<i>O/Jul.</i>
082.	vinha no Monte de Trigo, Alvisquer	Domingos Fernandes, cónego	<i>O/Jul.</i>

2. O património da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, em 1479

2.1. Património urbano

CONSPECTO FÍSICO DAS CASAS E DEPENDÊNCIAS *

Cód.	Tipo	Local	CO/V**	LA/V**	CO/M	LA/M	Área	Total m ²
U1	CDStS	ALCÁÇOVA	7,5cv	7cv	5,25	4,9	25,73	110,74
	LStS		7,5cv	7cv	5,25	4,9	25,73	
	CT		11cv	11cv	7,7	7,7	59,29	
	Q		11,5cv	8,5cv	8,05	5,95	47,9	
U2	Q	ALCÁÇOVA	16,5	13 ¹	18,15	14,3	259,55	259,55
	Estr		12	3,5	13,2	3,85	50,82	50,82
U3	C	ALCÁÇOVA	7	3,25 ²	7,7	3,58 ³	27,53	27,53
	Q		13 ⁴	10 ⁵	12,79 ⁶	12,65 ³	161,76	161,7
U4	CTD	ALCÁÇOVA ⁸	7,5cv	5cv	5,25	3,5	18,38	36,75
	CTDe		7,5cv	5cv	5,25	3,5	18,38	
	CTD		7,5cv	4cv	5,25	2,8	14,7	
	CTDe		7cv	4cv	4,9	2,8	13,72	
U5	C	ALCÁÇOVA	4,5	4	4,95	4,4	21,78	52,03
	CâmS		4	2,5	4,4	2,75	12,1	
	L		5	3	5,5	3,3	18,15	

* Convenções:

CO/V — comprimento (comprido, longo, longura), em varas

CO/M — idem, em metros

LA/V — largura (largo, ancho), em varas

LA/M — idem, em metros

C — casa

Câm — câmara

Cz — cozinha

D — dianteira

De — de dentro

Estr — estrebaria

Fu — do fundo

L — loja

Pard — pardieiro

Q — quintal

S — sobrado, sobradada

SS — 2 sobrados

St — sótão

T — térrea

Te — tenda

** As medidas são dadas, a maior parte das vezes, em varas (varas de medir pano de linho), mas também surgem em côvados e, acessoriamente, por palmos. Nos casos em que a medida é dada em côvados, assinalam-se os dados com a sigla CV. As equivalências das medidas empregues no tombo ao sistema métrico fizeram-se a partir de A. H. de Oliveira Marques, «Pesos e medidas», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. III, Lisboa, 1968, pp. 369-374, que faz equivaler a vara a 1,10, o côvado a 0,70 e o palmo a 0,20 metros.

¹ Ao longo das casas de Vasco Fernandes; ao meio é mais largo (14 varas); ao longo da estrebaria tem 11 varas.

² Na parte de soão.

³ Largura média.

⁴ Na parte de vendaval.

⁵ Na parte de aguião.

⁶ Comprimento médio.

⁷ Na parte de sul.

⁸ São duas moradas.

Conspecto físico das casas e dependências

(Cont.)

Cód.	Tipo	Local	CO/V**	LA/V**	CO/M	LA/M	Área	Total m ²
U5	Estr	ALCÁÇOVA	4,67	3,5	5,137	3,85	19,78	19,78
	Pard		4,75	4	5,225	4,4	22,99	22,99
U6	Q	ALCÁÇOVA	8	5	8,8	5,5	48,4	48,4
U7	Q		37,5	19 ² 17 ⁹	41,25	19,8 ³	816,75	816,75
U8	C	ALCÁÇOVA	7,5cv	4,5cv	5,25	3,15	16,54	
	C		7,5cv	4,5cv	5,25	3,15	16,54	
	C		10cv	9cv	7	6,3	43,8	76,88
	Q		60cv	47cv ¹⁰ 38 ²	42	29,75	1249,5	1249,5
U9	4CS ¹¹	MARVILA	10,5	5	11,55	5,5	63,53	63,53
	Q		5,5	7,75	6,05	8,53	51,58	51,58
U10	CT	ALCÁÇOVA	6 ¹²	3 ¹²	5,91 ⁶	3,16 ³	18,7	18,7
			4,75 ¹²	2,75 ¹²				
U11	CS	MARVILA	9,5	1,75 ² 3 ⁴	10,45	2,61 ³	27,3	27,3
U12	CDSS	PRAÇA	5,75 ¹³	5,75 ¹⁴	6,33	6,33	40,01	
	CDe=Cz		5	3	5,5	3,3	18,15	58,16
	CFu ¹⁵							
	Q ¹⁶							
	2Te ¹⁷							
U13	CSS	S. MARTINHO	7	1,75 ⁴ 3,5 ¹⁸ 3 ²	7,7	3,03 ³	23,29	
	CS		7,25	5 ¹⁹ 3,5 ⁴	7,975	4,675 ³	37,28	60,58
U14	CDT	ALCÁÇOVA	4,5	2,5 ²⁰ 3,5 ²¹	4,95	3,3 ³	16,34	
	CDeT		4,5 ¹²	3 ¹²	4,4 ⁶	3,16 ³	13,92	30,25
			3,5 ¹²	2,75 ¹²				
U15	CDS	SALVADOR	7	3	7,7	3,3	25,41	
	CDS		7	3	7,7	3,3	25,41	
	CDeS ²²		4,33	3	4,76	3,3	16,72	66,54

⁹ Junto à ermida de S. Pedro.¹⁰ Onde faz uma chave.¹¹ São 4 casas, em cima, no sobrado — a casa dianteira, 1 cozinha pequena, outra casa a carão da cozinha e outra ao fundo, dando para o quintal; sob o sobrado tem também 4 divisões. As medidas foram tiradas de parede a parede.¹² De uma parte.¹³ Longura, medida pelos alicerces, a carão do chão, e pela parede, a meio.¹⁴ Largura, medida pela parede das janelas.¹⁵ Botica do boticário e loja. Não são apresentadas as suas medidas.¹⁶ Debaixo da cozinha. Não são referidas as medidas.¹⁷ Duas tendas de judias, dando para a rua das Tendeiras. Não é feita menção das respectivas medidas.¹⁸ A meio.¹⁹ Da parte de soão até o sul, devido a uma chave que aí faz.²⁰ Junto à porta.²¹ No outro cabo.²² Tem meio sobrado.

CONTRATOS PREDIAIS URBANOS *

Cód.	Tipo	Foreiro	Foro	Dir.	Pag.	Observações
U1	3V ²³	Ingramente Afonso, cónego	120 rs	2 g	Natal	1. ^a pessoa
U2	3V ²³	Pero Vaz, cónego		2 g	Natal	1. ^a pessoa
U3	3V	Mem Rodrigues, tesoureiro e cónego	100 rs	1 g	Natal	1. ^a pessoa
U4	3V	João de Santarém	8 rs ²⁴	2 g	Natal	2. ^a pessoa
U5	3V	Gonçalo Monteiro, tecelão	2 rs ²⁴	2 f	Natal	1. ^a pessoa
U6	3V	Gonçalo Monteiro, tecelão		2 f	Natal	2. ^a pessoa
U7	3V	Lopo Rodrigues, vigário e cónego		2 f	Natal	1. ^a pessoa
U8	3V	Clérigo de missa ²⁵	2 rs ²⁴	2 g	Natal	2. ^a pessoa
U9	3V	Constança Gil	12 rs ²⁴	2 g	Natal	2. ^a pessoa
U10	3V	Gil de Pina, homem serviçal	50 rs	2 f	Natal	1. ^a pessoa; obrigado a «correger e reparar» as casas
U11	3V	Domingos Eanes, barbeiro	150 rs	2 f	Natal	1. ^a pessoa; obrigado a «correger reparar e morar» nas casas
U12	3V	Mestre Afonso, boticário	120 rs	2 g	Natal	2. ^a pessoa; obrigado a «correger reparar e morar» nas casas
U13	3V	João Dias, escudeiro	120 rs	2 g	Natal	1. ^a pessoa; obrigado a «as fazer de novo e morar» nas casas
U14	3V	Afonso Eanes, almocreve	120 rs	2 g	Natal	1. ^a pessoa; obrigado a «correger e morar» nas casas
U15	3V	Luís da Costa	50 rs	2 g	Natal	3. ^a pessoa ²⁶

* Convenções:

- 3V — emprazamento em 3 vidas
- f — frango(s)
- g — galinha(s)
- rs — reais.

²³ Não é explicitada a natureza do contrato, mas refere-se o foreiro como primeira pessoa do contrato, pelo que deve tratar-se de um emprazamento em três vidas, o mais generalizado nesta época.

²⁴ Reais de prata.

²⁵ O fólio encontra-se rasgado, pelo que não é possível conhecer o nome do foreiro.

²⁶ Faleceu em Julho de 1480, e a casa foi emprazada, segundo o mesmo regime jurídico, a João da Sertã, pedreiro e taipeiro, pelo foro de 250 reais e 2 galinhas, pagos pelo Natal, na condição de as «correger» e nelas morar.

2.2. Património rústico

CONSPECTO FÍSICO DOS PRÉDIOS *

Cód.	Tipo	Local	CO/V	LA/V	Estis ²⁷	CO/M	LA/M	Área ha	Total ha
R1	Quintã ²⁸	de Trava						?	
R2	Terra	em frente a Alfange ²⁹			40			5,18	
R3	Terra	em frente a Alfange ²⁹			40			5,18	10,37
R4a	Terra	a Alpiarça			20			2,59	
R4b	Terra	a Alpiarça			30			3,89	6,48
R5	Terra	Campo			7			0,91	0,91
R6	Terra	Campo						?	
R7	Terra	Alfodra			14			1,81	1,81
R8	Terra	Porto de Muge			7			0,91	0,91
R9	Terra	Valada, à ponte de Távoas			9			1,17	1,17
R10a	Casal ³⁰	à Ribeira de Alpiarça	1330 ³¹	621 ³²		1463	683,1	99,94	
R10b			480 ³³	360 ³⁴		528	396	20,91	120,85 ³⁵
R11	Terra	Toco da Requeixada			16			2,07	2,07
R12	Terra ³⁶	em frente a Alfange ²⁹			22			2,85	2,85
R13	Quinta ³⁷	das Portelas, Manteigas						?	
R14	Casal	à Ponte da Romeira						?	
R15	Casal ³⁸	Carneiria, Pero Filho							
R15a	C.ª terra		50	50			55	0,13	
R15b	C.ª terra		76	76		83,6	83,6	0,3	

* Convenções:

CO/V — comprimento (comprido, longo, longura), em varas CO/M — idem, em metros
 LA/V — largura (largo, ancho), em varas LA/M — idem, em metros

- ²⁷ O estil — estil do concelho, como é referido — ou astil aparece, em Santarém, simultaneamente como medida linear e como medida de superfície. O estil linear não seria uniforme, variando, na região de Santarém, entre 20 e 24 palmos, ou seja, 4 a 4,8 metros, segundo Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *Santarém quinhentista*, Lisboa, 1981, p. 11, n. 3. Quanto ao estil, tomado como medida de superfície, A. H. de Oliveira Marques, «Pesos e medidas», *cit.*, atribui-lhe o valor de 36 m × 36 m, isto é, 1296 m².
- ²⁸ A quintã com seus pertences, a saber, mata, olival, lagar de azeite, vinha e horta.
- ²⁹ Além do Tejo, defronte de Alfange.
- ³⁰ Casal chamado da Távoa do Daião. As suas terras apresentam-se todas num assento, cercado sobre si e valado ao redor.
- ³¹ A carão de Alpiarça, até ao marco.
- ³² Da parte de soão, até à água de Alpiarça.
- ³³ A ponte, do marco para diante.
- ³⁴ Contra a Charneca, até à estrada velha Muge-Almeirim.
- ³⁵ Área aproximada; dada a extrema irregularidade que apresenta este casal, optamos por distinguir nele duas partes, cuja área computamos separadamente, somando depois os resultados obtidos.
- ³⁶ O foreiro fez na dita terra umas «boas casas», em que vive.
- ³⁷ A quinta tem uma «mui boa fonte», junto às casas da mesma, um igualmente «mui bom olival», terras de pão, nas várzeas, em baixo, «mui bons pinhais», sendo tudo cerrado e demarcado por marcos e valados em redor.
- ³⁸ Casal, com casas e curral, caídos por terra, e as courelas de terra indicadas.

Conspecto físico dos prédios rústicos

(Cont.)

Cód.	Tipo	Local	CO/V	LA/V	Estis ²⁷	CO/M	LA/M	Área ha	Total ha
R15c	C ^a terra ³⁹		77	62		84,7	68,2	0,58	
R15d	C ^a terra		253	82		278,3	90,2	2,51	
R15e	C ^a terra		44	8		48,4	8,8	0,04	
R15f	C ^a terra		103	38		113,3	41,8	0,47	
R15g	C ^a terra		180	34		198	37,4	0,74	
R15h	C ^a terra		255	46		280,5	50,6	1,42	6,2
R16a	Cerrado	Fonte de D. Tareja, Romeira	224	44		246,4	48,4	1,19	
R16b	Chave		44	58		48,4	63,8	0,31	1,5
R17	Casal	a Vila Gateira							
R17a	Casa	a Vale de Donzelas e Vila Gateira	5	4		5,5	4,6	25,3 m ²	
R17b	Vinha ⁴⁰	Bairros, à Ponte de Vila Gateira	68	24		74,8	26,4	0,2	
R17c	Terra	Bairros, à Ponte de Vila Gateira	68	16		74,8	17,6	0,13	
R17d	C ^a terra ⁴¹	Terra dos Casais	116	40		127,6	44	0,89	
	C ^a terra		68	40		74,8	44	0,89	
R17e	Terra	Terra do Forno da Cal	697	148		766,7	162,8	9,56	10,78
			400	140		440	154		
R18a	Moinho ⁴²	Ribeira de Pero Filho	10	5		11	5,5	60,5 m ²	
R18b	C ^a terra		139	25 ⁴³		152,9	27,5	0,34	0,34
				16 ⁴⁴			17,6		
R19	Ferragial ⁴⁵	Alcáçova	37	17 ⁴⁶		40,7	18,7	0,09	0,09
				21 ⁴⁷			23,3		
Total geral ha									166,33

³⁹ Courela de terra que foi vinha e jaz em mortório.

⁴⁰ Vinha que foi horta.

⁴¹ Courela de terra, de três jeiras. Por facilidade de cálculo, dada a irregularidade da sua forma, diferenciamos nela duas partes, cuja área determinamos separadamente.

⁴² O moinho, que a Colegiada da Alcáçova de Santarém possui a meias com o mosteiro de Santa Clara da mesma vila, é alveiro e segundeiro.

⁴³ Da parte da várzea, a carão da água (da ribeira de Pero Filho).

⁴⁴ Da parte de cima do cabeço.

⁴⁵ Ou quintal, que «foe em outro tempo casa di Refertoiro dos conegos».

⁴⁶ Da parte da igreja de Santa Maria da Alcáçova.

⁴⁷ Do outro lado, frente às «casas das muddas d el Rey».

